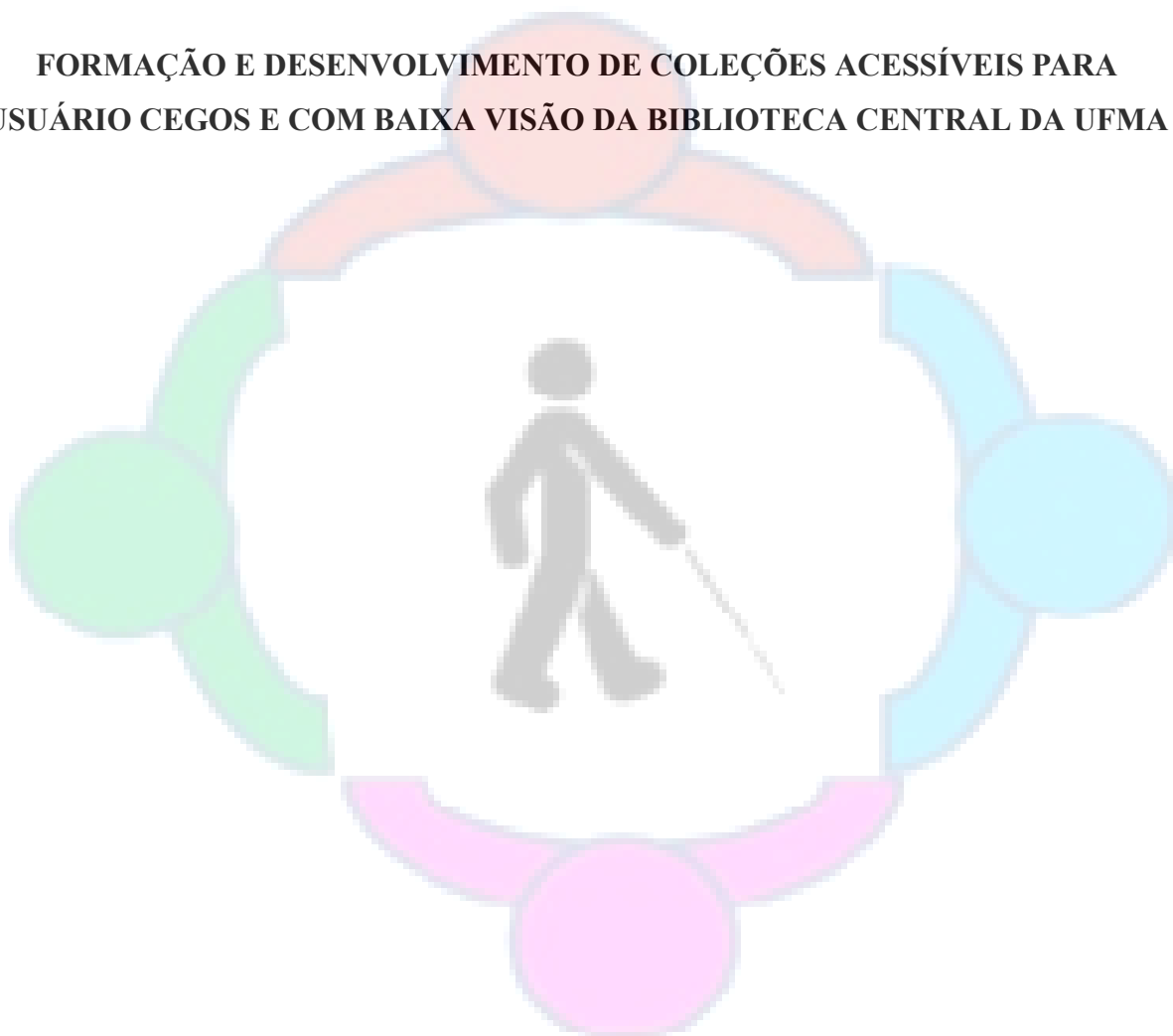


UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LUZIANGELA CORDEIRO DOS SANTOS

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES ACESSÍVEIS PARA
USUÁRIO CEGOS E COM BAIXA VISÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMA**



São Luís

2024

LUZIANGELA CORDEIRO DOS SANTOS

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES ACESSÍVEIS PARA
USUÁRIO CEGOS E COM BAIXA VISÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Isabel Cristina dos
Santos Diniz

São Luís
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Luziangela Cordeiro dos.

Formação e desenvolvimento de coleções acessíveis para usuário cegos e com baixa visão da Biblioteca Central da UFMA / Luziangela Cordeiro dos Santos. - 2024.

83 p.

Orientador(a): Isabel Cristina dos Santos Diniz.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Desenvolvimento de Coleções Acessíveis. 2. Política de Desenvolvimento de Coleções. 3. Biblioteca Universitária. 4. Acessibilidade. 5. Biblioteca Central da Ufma. I. Diniz, Isabel Cristina dos Santos. II. Título.

LUZIANGELA CORDEIRO DOS SANTOS

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES ACESSÍVEIS PARA
USUÁRIO CEGOS E COM BAIXA VISÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Biblioteconomia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isabel Cristina dos Santos Diniz

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Ma. Maria Cléa Nunes

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão

Joseana Costa Lemos

Bibliotecária

(Suplente)

Universidade Federal do Maranhão

Dedico,

A Deus por ter me dado forças e ânimo para
realizar este trabalho de conclusão de curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, “por causa Dele que eu levantei e decidi seguir — Jessé Aguiar e Kellen Byanca”. Todos os dias, Deus me deu forças para iniciar e terminar a graduação e este trabalho de conclusão de curso, sem Ele não seria possível chegar até aqui.

A minha orientadora e tutora do Programa de Educação do Tutorial (PET), do Curso de Biblioteconomia, professora doutora Isabel Diniz, por toda orientação oferecida durante a realização deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, professora mestra Cléa Nunes, a professora doutora Raimunda Ribeiro e a bibliotecária da Diretoria Integrada de Bibliotecas (DIB/UFMA), Joseana Lemos, pelas contribuições, dicas e sugestões para aprimorar a pesquisa em questão. Quero agradecer a todos os professores do Departamento do Curso de Biblioteconomia pelo conhecimento biblioteconômico transmitido em sala de aula, em palestras e em trabalhos acadêmicos.

Ao PET do Curso de Biblioteconomia que me propiciou como bolsista, durante quase cinco anos, muitas experiências, aprendizados e oportunidades dentro e fora da universidade. Também, através deste programa pude descobrir a importância de fazer pesquisa, bem como reconhecer a finalidade desta para geração e produção do conhecimento científico.

A toda a minha família, em especial, aos meus pais, Angela e Luis Claudio “Luizinho”, graças a eles, tive, e ainda tenho uma família, comida na mesa, incentivo para estudar, afetos e valores cristãos, civis e acima de tudo “amar a Deus sobre todas as coisas” – Mateus 22: 36–40.

A minha irmã Anacleto, uma das pessoas mais importantes da minha vida, sem o seu apoio financeiro, auxílios com alimentação, moradia etc., nada disso seria possível. Amo-te, mana, mana (querida irmã)!

A minha avó Isabel, meu melhor exemplo de perseverança e resiliência, apesar de não ter acesso a educação, sempre nos incentivou a estudar e trabalhar, mais ainda, para que pudessemos ter uma vida melhor que a dela e dos seus antepassados. A minha tia Andrea, uma pessoa de um caráter generoso, desde muito nova deu assistência às pessoas e a família, sempre nos recebeu em seu lar, em sua vida de braços abertos.

Gostaria de agradecer à minha amiga Gessica Ferreira, que sempre se destacou pela sua confiança e otimismo no decorrer do curso. Agradeço-te, more, pelo teu apoio constante, por me ouvir, pelas dicas e ajuda!

“Na escada da vida, os degraus são feitos de livros”
(Dorina Nowill).

RESUMO

Seleção e aquisição de materiais acessíveis para usuários cegos e de baixa visão em bibliotecas universitárias, com foco na Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão. O presente estudo teve como objetivo geral abordar e discutir como se dá a formação e desenvolvimento de coleções para os usuários com deficiência visual, cegos e com baixa visão, da BC. E como os objetivos específicos: identificar diretrizes para a seleção e aquisição de coleções acessíveis na política de coleções da DIB; identificar como é desenvolvida a seleção e aquisição dessas coleções acessíveis. Considerando os tipos de suportes direcionados a este grupo de usuários; e sondar os usuários cegos e com baixa visão, descrevendo as suas percepções e experiências em relação à acessibilidade das coleções acessíveis da BC. A metodologia deste estudo, constitui-se em pesquisa exploratória, de natureza qualitativa. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental, analisando, livros, artigos, sites e documentos institucionais que contribuíram na fundamentação teórica da referida pesquisa. Houve análise documental e a aplicação da entrevista as bibliotecárias da DIB/UFMA e aos usuários com deficiência visual para a coleta de dados. Utilizou-se a Análise de Conteúdo para examinar as informações coletadas nas entrevistas e assim foram criadas categorias/temas de análise: Formação e desenvolvimento de coleções acessíveis para usuários DV da BC; perspectivas dos bibliotecários e as percepções e experiências dos usuários cegos e com baixa visão em relação a acessibilidade das coleções acessíveis da BC. Os resultados obtidos como as análises da PFDC e as respostas dos bibliotecários, verificou que a BC/UFMA adquire materiais acessíveis, mas essa atividade não está regulamentada na política, sendo que é o documento responsável por determinar a criação de acervos dentro da biblioteca através de critérios para a seleção e aquisição. Foi evidenciado nas falas dos bibliotecários, que a BC possui uma coleção em braille recebidos através de doação, mas que atualmente é composto só por literatura (não acadêmica). Também, relataram que os principais desafios para aquisição de coleções acessíveis é a falta de orçamento e a colaboração do corpo docente, já que os bibliotecários têm dificuldade em saber quais materiais especializados os usuários com DV estão precisando, pois possuem outras atividades além da FDC. Em relação, a entrevista aos usuários cegos e baixa visão, mostrou que eles vão raramente a BC/UFMA, uma vez que não há material adequado para atender a sua necessidade e, das poucas vezes que foram, utilizaram os recursos de acessibilidade para computador. Conclui-se que a DFCA vinculada ao DIB/UFMA, realiza parcialmente a FDC acessíveis, pois a aquisição desse material por este setor ocorre somente mediante as doações espontâneas ou quando há demandas da comunidade. Além disso, a PFDC atual versão da política não apresenta nenhuma diretriz para a seleção e aquisição de materiais em formato acessível, o que reforça que essa atividade acontece de forma esporádica.

Palavras-chave: desenvolvimento de coleções acessíveis; política de desenvolvimento de coleções; biblioteca universitária; acessibilidade; Biblioteca Central da UFMA.

RESUMEN

Selección y adquisición de materiales accesibles para usuarios ciegos y con baja visión en bibliotecas universitarias, con foco en la Biblioteca de la Universidad Federal de Maranhão. En general, el objetivo de este estudio fue abordar y discutir cómo se forman y desarrollan las colecciones para usuarios con discapacidad visual, ciegos y con baja visión en BC. Como objetivos específicos: identificar lineamientos para la selección y adquisición de colecciones accesibles en la política de colecciones del DIB; identificar cómo se desarrolla la selección y adquisición de estas colecciones accesibles. Considerando los tipos de soporte dirigidos a este grupo de usuarios; y encuestar a usuarios ciegos y con discapacidad visual, describiendo sus percepciones y experiencias con respecto a la accesibilidad de las colecciones accesibles de la BC. La metodología de este estudio consiste en una investigación exploratoria, de carácter cualitativo. Se realizó un levantamiento bibliográfico y documental, analizando libros, artículos, sitios web y documentos institucionales que contribuyeron a la fundamentación teórica de esta investigación. Hubo análisis de documentos y entrevistas con bibliotecarios del DIB/UFMA y usuarios con discapacidad visual para la recolección de datos. Se utilizó el análisis de contenido para examinar la información recopilada en las entrevistas y así se crearon categorías/temas de análisis: Formación y desarrollo de colecciones accesibles para los usuarios de la BC DV; perspectivas de los bibliotecarios y las percepciones y experiencias de los usuarios ciegos y discapacitados con respecto a la accesibilidad de Colecciones accesibles de la BC. Los resultados obtenidos, de los análisis del PFDC y las respuestas de los bibliotecarios, verificaron que BC/UFMA adquiere materiales accesibles, pero esta actividad no está regulada en la política, siendo que es el documento responsable por determinar la creación de colecciones dentro de la biblioteca a través de criterios para la selección y adquisición. Fue evidente en las declaraciones de los bibliotecarios que BC tiene una colección en Braille recibida a través de donaciones, pero que actualmente se compone sólo de literatura (no académica). También informaron que los principales desafíos para adquirir colecciones accesibles son la falta de presupuesto y la colaboración del personal docente, ya que los bibliotecarios tienen dificultades para saber qué materiales especializados necesitan los usuarios con DV, ya que tienen otras actividades además del FDC. A su vez, la entrevista con usuarios ciegos y con baja visión demostró que rara vez acuden al BC/UFMA, ya que no hay material adecuado para atender sus necesidades y, las pocas veces que acudieron, utilizaron los recursos de accesibilidad informática. Se concluye que la DFCA, vinculada a la DIB/UFMA, realiza parcialmente FDC accesible, ya que la adquisición de este material por parte de este sector sólo ocurre a través de donaciones espontáneas o cuando hay solicitud por parte de la comunidad. Además, la versión actual de la política del PFDC no presenta pautas para la selección y adquisición de materiales en un formato accesible, lo que refuerza que esta actividad ocurre de manera esporádica.

Palabras–Clave: desarrollo de colecciones accesibles; política de desarrollo de colecciones; biblioteca universitaria; accesibilidad; Biblioteca Central de la UFMA.

LISTA DE SIGLAS

BC – Biblioteca Central

BU/BUs – Biblioteca/s Universitária/s

FDC – Formação e Desenvolvimento de Coleções

DV – Deficiência Visual

DACES – Diretoria de Acessibilidade

DAU – Divisão de Atendimento ao Usuário

DFCA – Divisão de Formação e Controle de Acervos

DIB – Divisão Integrada de Bibliotecas

IES – Instituição Ensino Superior

Jaws – Job Access With Speech

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

MEC – Ministério da Educação

NVDA – Non Visual Desktop Access

PcD – Pessoa com Deficiência

PFDC – Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções

REBECA – Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica e Administrativa

Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TA – Tecnologia Assistiva

TAC – Termo de Ajustamento de condutas

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	17
2.1 Breve contexto histórico.....	17
2.2 Acessibilidade em bibliotecas universitárias: um enfoque ao desenvolvimento e a formação de coleções em formato acessível.....	20
3 SELEÇÃO E AQUISIÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE: algumas considerações.....	24
3.1 Processos: seleção e aquisição.....	26
4 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DE COLEÇÕES: acessibilidade programática.....	35
5 CONTEXTUALIZANDO A BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.....	40
5.1 Divisão de Formação e Controle de Acervos.....	43
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	48
7.1 Formação e desenvolvimento de coleções acessíveis para usuários DV da BC: perspectivas dos bibliotecários.....	50
7.1.1 Seleção em formato acessível.....	51
7.1.2 Aquisição em formato acessível.....	55
7.1.3 Política de formação e desenvolvimento de coleções.....	59
7.2 As Percepções e experiências dos usuários cegos e com baixa visão em relação a acessibilidade das coleções acessíveis da BC.....	62
8 CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE A — ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS BIBLIOTECÁRIOS.....	79
APÊNDICE B — ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS USUÁRIOS.....	81
APÊNDICE C — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCL).....	83

1 INTRODUÇÃO

A inclusão social da pessoa com deficiência¹ (PcD) na educação é resultado dos movimentos e lutas sociais, da criação dos instrumentos legais, das convenções nacionais e internacionais, além dos programas criados, como, por exemplo, o Programa Incluir-Acessibilidade na Educação Superior. De acordo com Silva e Tauchen (2012), esse programa teve como principal objetivo a institucionalização de núcleos de acessibilidade dentro das instituições de ensino superior (IES), visando assistir, através da disponibilização de materiais informacionais e ambientes adequados aos alunos com deficiência sensorial, física ou múltipla dentro das universidades federais.

Para além do Incluir-Acessibilidade, outras ações afirmativas e leis foram fundamentais para a inclusão das PcD na educação superior. Tal como a Lei nº 13. 409 que modificou os artigos 3º, 5º e 7º da Lei nº 12. 711² de 29 de agosto de 2012 — essa lei originalmente reserva 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior para a população que se autodeclarava negra, parda e indígenas, entre outras categorias resguardada por ela. Contudo, desde a sua alteração em 2016, essa reserva de 50% passou a incluir PcD. No artigo 3º da Lei nº 13. 409, relata que:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (Brasil, 2016, não paginado).

No âmbito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desde a adesão da lei de cotas e, posteriormente como a submissão de projetos para o programa Incluir Acessibilidade, que garantiu recursos para a institucionalização do Núcleo de Acessibilidade, hoje denominado Diretoria de Acessibilidade (DACES), ocorreu um aumento notável no número de matrículas de PcD nos cursos oferecidos pela universidade. Vale ressaltar que, a UFMA já havia adotado a lei de cotas interna desde 2007, demonstrando compromisso com a inclusão e a permanência de alunos com deficiência.

Conforme o exposto acima, os dados de 2019 demonstram que 117 alunos com deficiência se matricularam nos cursos de graduação da (UFMA). (Silva *et al* 2020). Com

¹ Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, não paginado).

² Ver a nova redação dada pela Lei 14.723 de 2023.

relação a isso, os dados cadastrados na DACES/PROEN – por Centro de 2010 a 2022.2, indicam que entre esses 117 alunos com deficiência matriculados, 35 alunos são cegos e 58 têm baixa visão. (UFMA, 2022). É importante contextualizar que, as pessoas com baixa visão e/ou cegas, ao contrário das pessoas videntes, enfrentam dificuldades para visualizar imagens, objetos, ler ou manusear textos de longe, (Fortalecimento, 2016). Já na condição das pessoas totalmente cegas, estas não possuem estímulos sensoriais da visão, assim, a forma deles perceberem e interagir com pessoas, ambientes, informação e comunicação acontece através do aperfeiçoamento de outros sentidos, como tato, olfato ou com apoio do Sistema Braille, ou TA.

Mesmo como inclusão de alunos com baixa visão e deficiência visual total (DV) no ensino superior, ainda há o enfrentamento de barreiras nas sete dimensões da acessibilidade³, entre elas a informacional, que muitas das vezes, provocam a desistência do aluno no curso de graduação (SILVA *et al* (2012), devido à falta de materiais informacionais acessíveis e TA nos núcleos de acessibilidade e nas bibliotecas universitárias (BU). Este estudo, centra-se especificamente, neste último local.

Neste contexto, o papel da biblioteca universitária (BU) e do bibliotecário na formação e desenvolvimento (FDC) acessíveis para os usuários com deficiência visual são imprescindíveis, ou seja, é através da formação e desenvolvimento de coleções acessíveis, como, por exemplo, livros em braille assim como “tecnologia assistiva, tecnologia de reabilitação, materiais e equipamentos adequados e apoio técnico profissional, de acordo com as especificidades de cada pessoa com deficiência” (Brasil, 2015, não paginado). Assim, com a FDC acessíveis a BU conseguirá atender as necessidades ou interesses informacionais de todos os seus usuários, sejam pessoas com DV, física ou múltipla, sem que haja barreiras que os impeçam terem acesso à informação registrada nas coleções eletrônicas ou impressa.

Considerando estas questões, o presente trabalho, teve como campo de estudo a Biblioteca Central (BC) da Universidade Federal do Maranhão, pois é a divisão administrativa responsável pelo desenvolvimento e a formação de coleções informacionais voltadas para alunos, docentes e pesquisadores da UFMA, Campus Bacanga e nos 8 campi do continente. De acordo como Diniz, Almeida e Furtado (2019, p. não paginado) a biblioteca universitária deverá ser o local “que não proíbe e nem limita (ou pelo menos não deveria) o acesso a qualquer pessoa no seu recinto”. Segundo Nascimento-André (2012, p. 58), a biblioteca

³ Para Sasaki (2004) a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica e divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões e afirma que, se faltar uma, compromete as outras, são elas: a) arquitetônica; b) comunicacional; c) metodológica; d) instrumental; e) programática e; f) atitudinal. (VIANNA; PINTO, 2017, p. 134).

universitária “destinam-se ao atendimento das necessidades informacionais das universidades, possibilitando que estas possam desempenhar seu papel na sociedade, relacionado ao ensino, pesquisa e à extensão”, portanto, para alcançar este objetivo, essas coleções deverão estar em função dos alunos, docentes e de todos aqueles que a procura em busca de fontes de informação. Assim, essas coleções devem ser acessíveis e adequadas para atender aos usuários com algum comprometimento visual – baixa visão ou cegos.

Para desenvolver coleções acessíveis e adequadas às características dos usuários cegos e com baixa visão da BU, é necessário a elaboração de uma política de formação de Coleções (PFDC) que aborde diretrizes para seleção e aquisição destes tipos de materiais informacionais. É através dela que bibliotecários garante a organização, a formação e o desenvolvimento de serviços e produtos informacionais para atender e suprir as necessidades dos seus usuários reais e potenciais, bem como cumprir com os objetivos da instituição que mantém a biblioteca.

Diante do exposto, a problemática desta pesquisa consiste em saber: de que forma, a Biblioteca Central/DIB⁴ contribui para a formação e o desenvolvimento de coleções em formatos acessíveis para os usuários com deficiência visual? Como a formalização de critérios para a seleção e aquisição poderia contribuir para a FDC em formatos acessíveis, a fim de assegurar que os usuários com DV sejam assistidos informalmente por esses materiais?

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é abordar e discutir como se dá a formação e desenvolvimento de coleções acessíveis para os usuários cegos e com baixa visão da BC. E como objetivos específicos: a) identificar diretrizes para a seleção e aquisição de coleções acessíveis na política de DC da DIB; b) identificar como é desenvolvida a seleção e aquisição dessas coleções acessíveis, considerando os tipos de suportes direcionados a este grupo de usuários e; c) sondar os usuários cegos e com baixa visão, descrevendo as suas percepções e experiências em relação à acessibilidade das coleções acessíveis da BC.

Cabe ressaltar que, o interesse por este assunto surgiu em dois momentos distintos: primeiro ao ler um dos capítulos do livro de Duda Prado e Aryane Cararo "Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil", que narra a história de Dorina de Gouvêa Nowill, mulher brasileira, cega, professora e ativista social que lutou em prol da inclusão da pessoa com deficiência na educação a partir da formação e difusão de coleções em Braille, criando a

⁴ De acordo com a Resolução Nº 329 – CONSAD, de 25 de junho de 2024, a DIB passou a ser denominada Sistema Integrado de Bibliotecas. No entanto, utilizaremos a nomenclatura anterior, considerando que os instrumentos destinados à coleta de dados foram elaborados utilizando a terminologia DFCA e por está estamos trabalhando com a Resolução [Resolução nº 1950-CONSEPE, de 18 de outubro de 2019](#).

Fundação para o Livro do Cego no Brasil, a atual Fundação Dorina Nowill para Cegos, que é a principal distribuidora de livros gratuitos em formato acessível do país. O segundo momento, foi durante a disciplina Seminário de Monografia do Curso de Biblioteconomia, ministrada pela profa. Cléa Nunes e Mary Ferreira, que na oportunidade de trabalhar com a delimitação de projeto de pesquisa, foi utilizado aquilo que havia descoberto através da leitura do livro e, ao mesmo tempo com uma disciplina que abordasse algo relacionado a disseminação de materiais acessíveis.

É esperado que este estudo venha trazer avanços para as áreas de Biblioteconomia e Ciência da informação, uma vez que pode aprofundar as discussões sobre a relevância da FDC acessíveis no contexto da BU. Ademais, a sua implementação nas BU pode ser um passo importante para facilitar a superação de barreiras informacionais e de comunicação que usuários com deficiência sensorial, entre elas a DV, frequentemente encontram. Em vista, é crucial que essas bibliotecas se comprometam e assumam a responsabilidade de desenvolver e oferecer materiais de informação em formato acessível para atender as necessidades dos usuários com ou sem DV.

A pesquisa adotou uma abordagem exploratória e qualitativa, sendo realizada através de uma revisão bibliográfica e documental. Foram consultados livros, artigos, *e-books*, leis, normas e pesquisa de campo. Os dados coletados na pesquisa documental da PFDC da DIB, de 2019, e nas entrevistas com os bibliotecários da DIB/BC e os usuários com DV dos cursos de graduação da UFMA, foram analisadas através da Análise de conteúdo.

Estruturalmente, este trabalho monográfico começa com a apresentação da primeira seção, onde consta a questão-problema, justificativa e objetivos geral e específicos da pesquisa.

Na segunda seção, é feita apresentação do histórico da FDC, ao recapitular desde explosão informacional, passando pelo modelo teórico desenvolvido por Evans, até se desdobrar no tópico sobre acessibilidade em BU's, dando ênfase a FDC acessíveis.

A terceira seção, discorre sobre as etapas de seleção e aquisição, bem como, os estudos de usuários, relacionados a cada uma destas etapas aos padrões de acessibilidade. Na quarta seção, trata da importância da política de coleções quanto da acessibilidade programática para formação de coleções acessíveis em BU's.

Na quinta seção foi realizado uma breve contextualização sobre a BC e a DFCA.

A sexta seção são especificados os procedimentos metodológicos como: tipo de pesquisa, fontes bibliográficas e documentais a serem consultadas para o embasamento

teórico e para as discussões, assim como as escolhas dos instrumentos usados para a coletas de dados.

Na sétima seção e nas subseções 7.1 e 7.2, é descrita a análise e a interpretação dos dados do trabalho e a conclusão desta pesquisa. Por último, apresentam-se os elementos pós-textuais: referências e anexos.

2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Para falarmos sobre o FDC acessíveis em BU, fez-se necessário realizar uma breve contextualização acerca do contexto histórico da FDC para compreendermos de que maneira a explosão bibliográfica e o advento da *internet* alteraram as abordagens usadas, antes desses episódios, para a formação de acervos nas bibliotecas, destacando-se, a BU até prosseguirmos para a seção seguinte que trata sobre a acessibilidade em bibliotecas universitárias.

2.1 Breve contexto histórico

A FDC teve origem em um período remoto, onde a disseminação e a produção da informação era feita artesanalmente pelos copistas. O acesso ao conhecimento e a informação registrada nas coleções eram voltadas exclusivamente para os nobres e ordens religiosas, sendo assim, a principal preocupação naquela época era a preservação das coleções formadas, em sua maioria por textos religiosos.

Porém, a partir da explosão informacional, impulsionada pela invenção da prensa tipográfica, por Johannes Gutenberg, a produção de livros passou a ser em massa, revolucionando a disseminação e acesso às coleções. Mais tarde a *internet* promoveu a diversidade de suportes e a forma de acesso as essas coleções, dificultando a seleção e o armazenamento de coleções em bibliotecas e unidades de informação.

De acordo com a literatura especializada, a prática baseada na custódia ficou inviável nas bibliotecas e centros de informação diante do crescente número de coleções que estavam sendo compartilhadas em diversas áreas do conhecimento. Conforme consta no estudo de Weitzel (2002) “O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios”.

Na idade média ao renascimento a reprodução do conhecimento ainda era baseada é uma lógica de guarda e preservação de títulos baseados na fé cristã. Ao fim da Idade moderna, as mesma prática se perpetuo, já que a produção editorial estava encaminhando para “Era” de grandes produções e descobertas.

É importante ressaltar que, com o surgimento das universidades, inicialmente de Bolonha e de Oxford, na Idade Média, houve um aumento gradativo da transmissão do conhecimento a partir da estratificação da área do conhecimento. No século XX, como as diversas universidades ao redor do mundo e com o surgimento de cursos de graduação e pós-graduação, o *lato e stricto sensu*, houveram um incentivo maior na divulgação da pesquisa científica. Conforme, Weitzel (2012, p.181):

No século XX [...] Volume crescente de produção editorial agravou-se ainda mais, tendo em vista a especialização de outras áreas do conhecimento e os grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento acompanhados de um crescente número de pesquisadores no mundo.

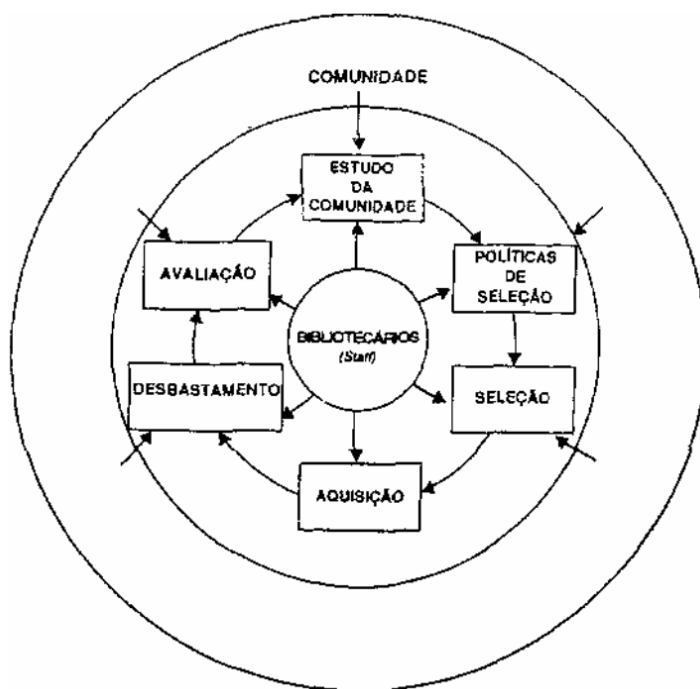
Essa mesma autora, diz que foi precisamente no século XX, que esta lógica deu lugar a razão de que seria irracional selecionar tudo, foi nesse momento que os bibliotecários foram em busca de metodologias e abordagens que facilitasse o acesso à informação. Autores como Eduvirges (2014) e Weitzel (2012), destacam que, com a impossibilidade de absorver e armazenar toda informação que vem sendo produzida nas bibliotecas, surgiram os modelos teóricos. Teorias como a de Evans surgiram devido ao aumento das produções bibliográficas e a universalização do acesso à educação, o conhecimento deixou de ser elitizado e passou de ser um bem público e a produção do mesmo cresceu, resultando em ganhos informacionais significativos.

Após esse período, os bibliotecários passaram adotar medidas mais eficazes para a organização e preservação de materiais. Assim, entre as décadas 60 a 70, surgiu o “movimento para o desenvolvimento de coleções”, Vergueiro (1993), dando lugar a uma abordagem centrada em metodologias e na elaboração de políticas específicas que guiasse os bibliotecários na formação de coleções voltadas às necessidades dos usuários. Sobre isso, Weitzel (2012, p.181), registra que “[...] propagou-se o que foi considerado uma nova abordagem, que valoriza o acesso – orientado fortemente pela missão institucional e perfil dos usuários em detrimento da posse do material”.

Em 1979, o bibliotecário norte-americano Evans introduziu a abordagem sistemática na qual os processos e o planejamento para as atividades de desenvolvimento de coleções estão centrados na comunidade, “[...] onde o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais, oferecerá a base necessária e coerente para estabelecer políticas de seleção [...]”, como aborda (Maciel; Mendonça, 2006, p.16). Esse modelo teórico permitiu que a FDC coleções fosse realizada de forma estruturada, com métodos e políticas bem definidos, incluindo etapas como estudo de usuários, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação.

A ilustração do modelo de Evans, conforme Vergueiro 1989, demonstra o processo de FDC de forma holística e cíclica, onde nenhuma etapa se sobrepõe a outra, todas são gerenciadas pelo bibliotecário e a sua volta está comunidade, visando um crescimento racional e qualitativo das coleções. Conforme, a Figura 1, pode se observa a representação desse modelo.

Figura 1 — Modelo teórico de Evans



Fonte: Vergueiro (1989, p. 17)

Deste modo, essa abordagem tornou-se fundamental para que os bibliotecários organizassem as coleções de acordo com as necessidades dos usuários, bem como, dava lugar para que outras publicações fossem acrescentadas ou extraídas do acervo sob a supervisão do bibliotecário, sem desconsiderar as necessidades do público usuário.

Desde então, o método de Evans passou a ser introduzido nas publicações internacionais e nacionais, como um modelo fundamental para a organização e a formação de acervos em bibliotecas e unidades de informação. E, segundo Vergueiro (1993, não paginado) é “garantia única de sua efetividade”, pois os elementos do processo de FDC permitem a integrar metodologias e o planejamento e atores envolvidos, ou seja, bibliotecário e comunidade, que interagem entre si, sempre com o objetivo de priorizar as necessidades e interesses dos usuários e da instituição.

Nesse contexto, o processo de FDC nas bibliotecas no século XXI ainda se baseia no paradigma do acesso à informação, seguindo o modelo proposto por Evans. No entanto, ainda enfrentam os mesmos desafios do passado, que continuam a interferir nessa atividade.

Essas adversidades destacam-se: a) a quantidade cada vez maior de informações da sociedade atual; b) a escassez de recursos orçamentários para a aquisição de materiais informacionais e; c) manutenção do espaço físico das bibliotecas. Essas últimas questões, em

particular, enfraquece a abordagem baseada no acesso à informação, especialmente no que diz respeito a FDC acessíveis em BUs. Como explica o Manual Orientador (2016):

Os serviços e produtos desenvolvidos pela biblioteca devem considerar as necessidades e as características dos usuários com DV. Se não houver essa atenção por parte dos bibliotecários as coleções da biblioteca não conseguirá atender esse público, prejudicando a sua participação e os seus direitos ao acesso a informação, previstos tanto nos ordenamentos jurídicos como na própria gênese da biblioteca.

Assim, a não disponibilização de materiais informacionais em formato acessíveis, prejudica tanto o aprendizado quanto o acesso a informação para os usuários com DV, indo contra o princípio da educação inclusiva que defende a educação como direito universal, abrangendo também a educação superior. Portanto, é fundamental que a universidade e toda a sua estrutura educacional e física se empenhem na promoção de acessibilidade e inclusão.

2.2 Acessibilidade em bibliotecas universitárias: um enfoque ao desenvolvimento e a formação de coleções em formato acessível

A educação superior no Brasil é um processo em constante desenvolvimento, marcado por progressos notáveis e desafios que ainda persistem. O aprimoramento da qualidade educacional e a inclusão de todas as pessoas são metas fundamentais das políticas de educação adotadas no país. Nesse sentido, a educação inclusiva chama a atenção para a diversidade de sujeitos no ambiente universitário, buscando garantir um ensino igualitário para todos, sem discriminação. Todavia, mesmo com os progressos realizados na área da educação, a inclusão de estudantes com deficiência ainda enfrenta obstáculos, o que demanda ações e políticas mais eficazes.

Corroborando com o sobredito, o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, aborda a acessibilidade no Brasil estabelecendo normas com a finalidade de que as pessoas com deficiência tenham acesso à bens, serviços e informações. Assim dispõe o artigo 3:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) **A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;**
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) **A igualdade de oportunidades;**
- f) **A acessibilidade;**
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (Brasil, 2009, grifo nosso).

Deste modo, as diretrizes contidas no Decreto supramencionado são aplicáveis a órgãos públicos, empresas privadas e qualquer entidade que disponibilize serviços ao público,

objetivando eliminar as barreiras físicas e atitudinais, promovendo assim, a inclusão e a participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.

Nesse contexto, as Bibliotecas Universitárias – BU's, órgãos que disponibilizam serviços ao público nas universidades, são instituições voltadas ao suporte à educação e à pesquisa no ensino superior. Esses espaços executam um papel fundamental na vida acadêmica e são estruturados para satisfazer as demandas particulares de alunos, docentes e pesquisadores. Para atender as mais diversas particularidades é necessário que os recursos disponíveis nas BU's se adequem às necessidades reais dos seus usuários.

Segundo, Silva *et al* (2012, p. 338), em seus achados de revisão de literatura sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, *“100% destes trabalhos indicaram que os alunos se deparavam com grandes desafios no processo de inclusão”*. Entre elas, destacam-se a falta de conhecimento da universidade, as falhas pedagógicas e a infraestrutura física. Sob esta perspectiva, apontamos a BU, como um lugar que complementa a formação dos educandos, proporcionando a eles os serviços e os produtos que vão até atender às suas necessidades acadêmicas, contudo, as pessoas com deficiência enfrentam inúmeras dificuldades para acessar e utilizar as bibliotecas.

As bibliotecas universitárias tradicionalmente oferecem suporte informacional e instrumental, como, por exemplo, livros, computadores, e na atualidade, com o acesso à *internet*, dispõem de coleções digitais, repositórios, serviços e recurso de TA, para atender de forma equitativa as pessoas com necessidades especiais⁵.

Para Lemos e Ferreira (2016, p. 4), as bibliotecas precisam estar atentas às inovações tecnológicas de todas as áreas do conhecimento, e:

Se alguma nova teoria econômica surgir, e modificar o sistema político é necessário que as bibliotecas possuam obras que comentam o assunto em seu acervo, e, quem sabe até mudar algumas de suas políticas. Se um novo suporte para a informação é inventado e popularizado é necessário que a biblioteca possua obras nesse novo suporte.

As BU's passam por mudanças periodicamente, seja na sua forma de prestar serviços e atendimentos ao público usuário, seja em receber a cada dia um público diversificado, como, por exemplo, os estudantes com DV.

A inclusão educacional de estudantes com DV deve ser pensada desde do seu direito de locomover-se no interior da universidade, à adequação da sala e do material didático até no planejamento e formação de coleções da BU. Para isso, essa biblioteca precisa

⁵ Vale ressaltar que, para referir-se a essa população, a literatura, assim como os ordenamentos jurídicos, utiliza diversos termos, como este citado, além com PcD.

aspirar soluções e alternativas de acessibilidade para que os alunos com DV tenham seu direito ao acesso à informação respeitados.

E para que o conhecimento seja assimilável aos estudantes com deficiência é preciso que as BU's se abasteçam de recursos tecnológicos e humanos que possibilitem a promoção da acessibilidade informacional. O termo acessibilidade pode ser interpretado de diversas formas, e é bastante comum associá-la à possibilidade de tornar os espaços e serviços acessíveis às pessoas como limitações corporais, cognitivas ou sensoriais, seja por períodos prolongados ou permanente. Um exemplo disso, pode ser encontrado no artigo Art. 3º Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015.

Segundo Araújo (2017), “a acessibilidade não está ligada apenas ao meio físico, ela também está relacionada com o direito de todos à educação, à informação e ao conhecimento”. Assim, sob uma ótica informacional, acessibilidade não só garante que os discentes com DV possam aproveitar plenamente os recursos acadêmicos, mas também promove uma cultura de inclusão e igualdade. Com a implementação de tecnologias apropriadas, serviços dedicados e compromisso com a melhoria contínua, as BU's podem se tornar mais acessíveis e inclusivas para todos os seus usuários.

Na visão de Almeida Junior (2020), a inclusão de PcD no acesso à informação é fundamental para reduzir as disparidades sociais que se manifestam nas diversas formas de desigualdade social, como, por exemplo, o analfabetismo. Nesse contexto, o analfabetismo entre pessoas com DV é uma questão multifacetada que engloba vários aspectos, como a acessibilidade no ensino, a disponibilidade de recursos educacionais e as barreiras sociais e institucionais. A falta de acesso à informação para pessoas com DV, ou a utilização incorreta de TA, serviços e produtos sobre acessibilidade nesses espaços podem gerar exclusão social, conforme aponta Araújo (2017).

Para melhorar a acessibilidade das pessoas com DV, as bibliotecas universitárias podem: a) adotar medidas como garantir que todos os recursos digitais sejam compatíveis com leitores de tela, b) oferecer materiais em múltiplos formatos acessíveis, e: c) treinar funcionários para oferecer suporte adequado. Lemos e Ferreira (2016).

Assim, o acesso à informação e ao conhecimento possibilitam aos estudantes com deficiência maior aproveitamento da vida acadêmica, ou seja, oportuniza um impacto significativo na capacidade de aprender, participar e prosperar no ambiente acadêmico.

Em consonância com o sobredito, é necessário observar que não há na literatura especializada uma definição consolidada sobre a FDC acessíveis. O Manual orientador (2016), diz que a formação de coleções acessíveis se dá “por meio de compras, doações ou

produção própria. Cada biblioteca possui estratégias próprias para composição e ampliação de acervo. Vale destacar que a preocupação com o acervo acessível deve estar presente no planejamento e nas ações das bibliotecas. (Fortalecimento, 2016, p. 117).

Neste contexto, a FDC, ao considerar a acessibilidade, organizará o seu acervo baseado no modelo holístico de Evans, como já mencionado anteriormente, visto que esse modelo é o mais adequado para atender as necessidades dos usuários quanto aos objetivos da instituição, pois evidencia a colaboração da comunidade em todas as fases do processo. Essa colaboração é imprescindível para a formalização de uma PFDC que oriente as tomadas de decisões.

Além disso, ao interligar esse modelo com as práticas de acessibilidade e desenho universal, as coleções acessíveis e adaptadas da biblioteca poderão ser disponibilizadas a todos os usuários, sendo criadas e desenvolvidas seguindo os princípios da igualdade nas condições de acesso e uso da informação e comunicação.

Para fins de entendimento, o desenho universal é um conceito previsto nas legislações com vista a garantir que os serviços de TA e livros digitais, impressos, bem como as edificações sejam projetadas e desenvolvidas para serem utilizadas por todos, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptações. (Brasil, 2015, não paginado).

No caso das coleções impressas e na forma digital, essas devem seguir o *design* acessível, como, por exemplo, o contraste de cores, textos que podem ser lidos por *softwares* de leitura, fontes legíveis e *layout* que facilite a navegação. Dessa forma, a acessibilidade na FDC deve estar presente no cotidiano das BU's e ser encarada pelos bibliotecários como uma atividade integrada à organização, fazendo parte do seu desenvolvimento contínuo, com o objetivo de favorecer a inclusão de seus usuários em seus espaços e no acesso aos acervos.

Como já exposto, existe uma escassez de literatura sobre o tema a ser pesquisado, pensando nisso, a próxima seção trará uma síntese embasada nos achados da literatura citada neste trabalho, a partir disso foi organizada a seção 2.1 que demonstra como alinhar a seleção e aquisição de coleções acessíveis, sob o paradigma da acessibilidade.

3 SELEÇÃO E AQUISIÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE: algumas considerações

Nessa seção, serão abordadas a seleção e a aquisição, tendo em vista que a seleção é a etapa mais importantes, pois é ela que implementa as diretrizes que orientará os bibliotecários na escolha dos materiais e assuntos que serão selecionados ou desbastados, enquanto a aquisição vai cumprir para esses materiais chegue ao acervo da biblioteca. Mas, para isso, é necessário que o bibliotecário realize o estudo de usuários, visto que é improvável selecionar coleções sem conhecer o público que irá utilizar essas coleções.

O estudo de usuários consiste em um conjunto de metodologias (questionários, formulários, enquetes, entrevistas) que trarão dados importantes para o reconhecimento da comunidade a ser atendida pela biblioteca. Para Figueiredo (1979, p. 77) o estudo de usuários e da comunidade consistem em:

[...] investigações que se fazem para saber o quê os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para se saber se as necessidades informacionais por parte dos usuários de uma biblioteca ou de centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada.

Destacamos que, no ambiente universitário os usuários são docentes, servidores e alunos, entre estes indivíduos encontram-se usuários com deficiências. Segundo a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 — Lei de Inclusão Brasileira (LBI), as pessoas com deficiência, são aquelas que têm limitações física, motora, intelectual, sensorial ou múltipla de forma permanente ou temporária que, ao enfrentar obstáculos e barreiras arquitetônica, atitudes e de acesso à informação, podem ter prejudicadas a sua participação na sociedade. (Brasil, 2015).

Dentre essas limitações encontra-se a DV, na qual a pessoa com esta condição apresenta a perda parcial ou total do campo visual em um, ou ambos os olhos, sem a possibilidade de correção cirúrgica ou de óculos. Existem diferentes graus de visão, como a cegueira ou baixa visão, que podem ser congênitas ou ser adquiridas ao longo da vida, além dessas observações, é importante salientar que há diferença entre a pessoa cega e com baixa visão, tal fato está relacionado ao grau de visão que elas possuem. Ainda que a recepção da informação entre as pessoas com perda ou redução da visão se dê através dos sentidos remanescentes, exceto a visão já que, segundo Brasil (2004a), *apud*, Silva *et al* (2021, p. 109):

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

As pessoas com baixa visão retêm resíduos visuais utilizáveis, como a visão periférica ou central, o que lhes permitem enxergar pessoas ou ler textos, contanto que tenham à suas disposições recursos ópticos como lupas, óculos, etc., e não ópticos. Por outro lado, as pessoas cegas, que possuem a perda permanente da visão, acabam recorrendo a canais sensoriais como o tato, a audição ou a TA, como o sistema braille, reglete e a punção, entre outros, para acessem à informação em livros ou na *internet*.

Como relata (Souza *et al.*, 2012), a pessoa com DV congênita, isto é, indivíduos que perderam a visão entre a infância e a vida adulta ou que nasceram sem sentido da visão, usam com mais intensamente o braille do que outros recursos de tecnologias. O fato é que desde de muito cedo as pessoas DV congêntas são alfabetizadas no sistema de leitura tátil, o braille. O que é o oposto do indivíduo que perdeu a visão na infância ou na idade adulta devido às doenças como glaucoma, retinopatia, catarata etc., ou até mesmo acidentes físicos ou químicos.

O indivíduo que perdeu a visão passa pelo processo de reabilitação social e profissional. A reabilitação tem como objetivo prepará-los para começar ou continuar as vidas, seja na escola e/ou trabalho. Para uma pessoa que viveu maior parte de sua vida com vidente, ficar cego traz sensações de insegurança e ansiedade, pois esta condição faz duvidar do seu potencial para realizar atividades diárias com a mesma autonomia e segurança como antes de perder a visão, como explica Maia (2005).

A perda da visão gera perdas emocionais, sociais e educacionais, em especial quando não é dado a essa pessoa a reabilitação adequada e oportunidades de viver com a mesma autonomia e independência quando conservava a visão. Na questão do acesso à informação, eles também enfrentam perdas pela falta de materiais acessíveis, pois antes usavam a visão e sem ela, precisam valer-se de outros sentidos, já que a maioria dos conteúdos informacionais são criados e oferecidos para uma sociedade vidente.

Assim, a pessoa que perdeu a visão é submetida a alfabetização em braille para conseguirem ter acesso à informação e ao conhecimento. O braille, por sua vez, tem um sistema próprio de escrita e leitura.

Para fins de contextualização, o braille foi uma invenção aprimorada por Louis Braille por volta de 1824, foi baseado no método de comunicação noturno desenvolvido por Barbier, que mais tarde seria apresentado aos alunos cegos do Instituto Nacional dos Meninos de Paris na França. Contudo, o método de Barbier era muito limitado e complexo, pois era totalmente alfabético, ou seja, não havia sinais para representar símbolos matemáticos, além disso, só permitia a reprodução de sons.

O braille é um sistema de escrita e leitura tátil que, ao utilizar 63 sinais em relevo, possibilita a representação de dados matemáticos, letras do alfabeto, sinais de pontuações e partituras. A escrita em braille, por sua vez, é realizada manualmente com apoio da reglete e punção ou com máquinas em braille.

O braille é o principal meio de alfabetização para que as pessoas cegas possam aprender a ler e escrever. Mas, como relata Araújo (2017, p. 7) “nem todo deficiente visual já nasceu cego, sendo essa deficiência por vezes adquirida já na fase adulta, em que a pessoa já se encontra alfabetizada [...] o que inviabiliza muitas vezes a disposição para uma nova alfabetização”. Sendo assim, algumas pessoas com esta condição visual poderão encontrar dificuldades com o braille, o que os levam a utilizarem outros recursos assistivos.

Nesse sentido é imperioso que as bibliotecas realizarem estudos de usuários com atenção especial para esse público. De acordo Costa e Challub (2021), o estudo de usuários é prioridade para se conhecer as principais características dos usuários para que a biblioteca possa ofertar serviços e produtos direcionados para os usuários com deficiência.

É importante considerar também neste estudo: os tipos de deficiências visuais – monocular, baixa visão, cegueira parcial/total – e os níveis/graus de percepção visual do usuário – leve, moderado e/ou grave – Quais suporte/equipamentos com recurso de acessibilidade usam? Sistema *Braille*, livros eletrônicos e digitais, *softwares* leitores de tela, etc.

Completando esses questionamentos, Wellichan e Manzini (2023), dizem que os usuários com deficiência são raramente ouvidos ou chamados no ambiente da biblioteca. É preciso que os profissionais “questione-se o que será que esse usuário tem a sugerir para contribuir para um atendimento inclusivo? Quais suas dificuldades em uma biblioteca? Como foi e como é sua relação com a biblioteca, ao longo da vida?” (Wellichan; Manzini, 2023, p. 2). Com essas informações, o bibliotecário poderá realizar a seleção e adequação de materiais e produtos de acordo com as características dos usuários com DV.

3.1 Processos: seleção e aquisição

Muitos autores discutem sobre a seleção, definindo-a como a etapa que inicia o processo de formação de acervos mediante a compra, doação ou permuta de novos materiais de informação. A seleção de material bibliográfico ou não bibliográfico deverá obedecer aos critérios estabelecidos na política de seleção da biblioteca.

Segundo Weitzel (2006), a políticas de seleção documenta “como fazer” a seleção através de diretrizes, que inicialmente: a) designar quem será o responsável pela seleção (bibliotecários); b) delimitam **critérios de seleção:** aspectos (linguístico, conteúdo,

abrangência) que um documento deve atender para ser escolhido; c) **instrumentos auxiliares**: fontes auxiliares, como, por exemplo, catálogos, estudo de usuários, bibliografias, que os selecionadores utilizarão para identificar os itens para serem incorporados ao acervo; d) **políticas específicas**: processos ou normas alternativas que poderão ser agregadas à política, por exemplo, diretrizes o depósito de bibliografias e; e) **documentos correlatos**: são fluxogramas, organogramas, ordenamentos jurídicos e institucionais que auxiliarão na consulta e dimensionamento do processo de seleção.

Como se pode perceber, o responsável por fazer a seleção de livros, periódicos, portais e base de dados, entre outros tipos de documentos de informação, é o profissional bibliotecário. Segundo Cunha e Cavalcante (2008, p. 53), “profissional que tem a seu cargo a direção, conservação, organização e funcionamento de bibliotecas”. Sendo assim, este profissional é o mais adequado para atuar na seleção e organização de acervos dentro das unidades de informação.

Em algumas bibliotecas, as atividades de seleção poderão contar com a participação e/ou parcerias de outros profissionais ligados a diferentes setores da universidade, como centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e núcleos de acessibilidade. Cabendo acrescentar um nível crescente de servidores com deficiência que integram o ambiente universitário nos termos conforme da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 — Lei de Cotas (Brasil, 1991). Conforme afirma Pupo (2006, p. 54), “o comprometimento com acessibilidade e inclusão compete a todos os profissionais: bibliotecários, arquivistas, auxiliares, técnicos, serviços gerais, coordenadores, diretores, reitores”.

Dessa forma, a participação de usuários e professores com deficiência na comissão são imprescindíveis para a formalização de critérios para a seleção de materiais acessíveis. A participação dessa comunidade na comissão de seleção será imprescindível, pois ajudará os bibliotecários tomadas de decisões mais conscientes, auxiliando-os com recomendações de material em formato acessível especializado, indicando fontes de informação e estabelecendo critérios entre outras tarefas. Afinal, é impossível para qualquer bibliotecário ter conhecimento total sobre todos os assuntos de interesse da comunidade, incluindo o que é publicado ou vendido no mercado editorial, especialmente, quando se trata de materiais acessíveis ou *softwares* de acessibilidade.

Nessas situações, a equipe de seleção poderá pesquisar em catálogos de editores, bibliografias e resenhas especializadas que os auxiliará na identificação do material de informação, incluído o tipo de suporte, preço e aspectos físicos e adicionais, bem como benefícios e custo relacionados ao material desejado. Aqui cabe citarmos a Fundação Dorina

Nowill para Cegos, reconhecida por apoiar e fornecer a produção e distribuição de material acessível para bibliotecas (<https://fundacaodorina.org.br/>). Ou poderão consultar em outras fontes de informação como:

- a) **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2020 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos:** NBR 9050/2020 fornece orientações para a sinalização autoexplicativa e normas antropométricas em ambientes e equipamentos, visando tornar mais segura a utilização independente por PcD ou mobilidade reduzida. Ao seguir essas orientações, os profissionais bibliotecários podem indicar claramente a localização e das coleções existentes, especialmente para os usuários com DV, que precisam ter detalhes de imagens, objetos e textos ampliados;
- b) **Bibliotecas Brasileiras Acessíveis:** repertório bibliográfico: organizado pela Comissão temporária de Diversidade e Acessibilidade do Conselho Federal de Biblioteconomia (CBF), este trabalho compilou mais 400 registros de fontes de informação diversas obras nacionais como: teses, dissertações, monografias, livros, partes de livros e artigos científicos, anais de eventos de que tratam de acessibilidade programática, comunicacional, arquitetônica, metodológica, instrumental e atitudinal que abordam diversos aspectos com foco nas pessoas com deficiência, ao atendimento especializado, legislações, conceitos, políticas, competências informacionais dentre outros;
- c) **Portal do Livro Acessível:** Reúne um catálogo de editoras credenciadas que trabalham com a publicação e a comercialização de obras em formato acessível sob demanda. Esta plataforma permite que os indivíduos interessados em comprar livros com recursos de acessibilidade estabelecidos pela LBI (Lei Brasileira de Inclusão) encontrem estas lojas virtuais legalmente autorizadas a comercializar esse tipo de material e;
- d) **REBECA (Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados):** É uma rede de apoio formada por Instituições de Ensino Superior que colabora no compartilhamento de informações digitais adaptadas destinadas aos alunos matriculados nestas instituições de ensino. Este repositório de informações acessíveis inclui em sua plataforma: documentos, manuais, produções científicas, vídeos das instituições: UFRN, UNB, UFC, UNIFESSPA, UFPE, UFAL, UFSC, UFBA, UFPA, UFG, IFRS, UEPB, UFMG, IFPB, UFAPE, UFRPE, UNIFESP e UFRB.

Cabe ainda ao bibliotecário/comissão de seleção considerar as sugestões do público usuário – alunos, professores e comunidade externa – durante o processo de seleção. Sendo a seleção “é uma atividade bastante técnica e intelectual cujo critério primeiro a guiá-lo será sem sombra de dúvida a comunidade a ser servida” (Vergueiro, 1989, p. 24). É neste momento que os responsáveis pela seleção somam esforços com o serviço de referência e informação da biblioteca, realizando uma ação conjunta através da aplicação do estudo de usuários reais e potenciais. Sem estas orientações, existiria a probabilidade do bibliotecário selecionar material sem utilidade, que não corresponderia aos interesses da comunidade. Isto resultaria em perdas em termos de qualidade e satisfação na utilização do acervo “e isso seria um desperdício de dinheiro, tempo e de profissionais com o processamento técnico” (Eduvirges, 2014, p. 5).

Tal consideração dada pelo autor é de suma importância pois, sem as orientações o acervo da biblioteca pode crescer desacertadamente sem objetivos, principalmente, em BU onde o acervo deve possuir coleções básicas e complementares como objetivo de oferecer aos usuários coleções que possa contribuir para o seu desenvolvimento intelectual, acadêmico e profissional, sendo assim é primordial o estabelecimento de critérios qualitativo e quantitativo, embora seja comum que o próprio tipo da biblioteca possa já determinar esses critérios.

Autores como Miranda (2007) diz que, o estabelecimento de critérios em BU são baseados no plano de ensino dos cursos de graduação e nas recomendações do Ministério da Educação (MEC). A questão para tal utilização é que o MEC faz avaliações periódicas dos cursos de graduação e pós-graduação, e uma das exigências para que esses cursos seja bem avaliados e receba nota máxima faz-se necessário que o acervo da BU atenda à quantidade mínima de títulos e exemplares.

Os bibliotecários devem permanecer cientes das exigências do MEC para composição do acervo no que se refere à qualidade e à quantidade mínima de títulos e exemplares. No tocante à quantidade, deve ser determinado um percentual de exemplares destinados à literatura básica e outro para a literatura complementar. (Miranda, 2007, p. 9).

Ainda sobre a seleção, Vergueiro (2010) propõe alguns critérios que podem ser aplicável a qualquer biblioteca, são eles:

- a) **autoridade:** define a credibilidade do autor, editor, sobretudo se os materiais publicados são indicados a premiações literárias ou tem o reconhecimento da comunidade científica;
- b) **precisão:** verifica-se o conteúdo do documento tem informações ou resultados incorretos, desatualizados, o que poderá resultar na perda da qualidade dos materiais em questão;
- c) **imparcialidade:** avalia se a existência de preconceitos, discriminação ou preferências partidárias no tema abordado no documento;
- d) **atualidade:** é feita uma análise no material a fim de verificar se tem informações desatualizadas ou irrelevantes para os usuários, a menos que se refira a coleções raras ou especiais;

- e) **cobertura/tratamento**: avalia se o assunto abordado no material é tratado de modo genérico ou superficial, significando que as informações tratadas são especializadas nas áreas do conhecimento em que a biblioteca atende;
- f) **conveniência**: verifica se conteúdo, incluindo texto, imagens do material é compreensível aos usuários que a biblioteca atende;
- g) **idioma**: verifica se a linguagem empregada no material está adequada à língua materna do usuário;
- h) **relevância e interesse**: define-se se o material a ser selecionado é relevante ou útil para os usuários;
- i) **estilo**: analisa se certos elementos presentes no texto, como por exemplo, tipo de redação, linguagem formal ou informal dentre outros estão apropriados aos usuários;
- j) **aspectos físicos**: avaliar as características topográficas do documento, como tamanho e cor da fonte, qualidade do material e conteúdo. Isso engloba papel, suporte digital e/ou eletrônico, entre outros, que são adequados para os usuários e;
- k) **aspectos especiais**: certifica-se de que o material escolhido contenha informações adicionais ao documento, tais como listas de notas e glossário, ORCID, ISBN, títulos de revistas indexados em bancos de dados, Qualis e ISSN.

Os critérios supracitados são bastante utilizados para a seleção de livros, periódicos impressos ou materiais eletrônicos: DVD, CD-Rom. Porém, para Vergueiro (2010), autor responsável por definir tais critérios, afirmar que os bibliotecários não deverão considerá-los como “universais”. O fato para tal observação, corresponde ao fato que esses materiais de informação têm o objetivo semelhante, no que diz respeito ao registro e facilidade de acesso a conhecimento. Os Materiais acessíveis variam em formato digital/eletrônico e recursos alternativos, como braille e versões ampliadas, para atender pessoas com deficiência visual. Como afirma Silva *et al* (2021, p.123), “cada pessoa com baixa visão tem um funcionamento visual diferenciado e por isso os recursos visuais e adaptações são específicas para cada caso”.

Para a seleção de materiais acessíveis, os que critérios que deverão prevalecer é adequação do documento às necessidades dos usuários com DV, se esses documentos não apresentarem recursos visuais e adaptações específicas que facilite o uso da informação, esses usuários não terão acesso efetivo ao assunto contidos nesses suportes.

Nesse panorama, o Guia de acessibilidade: orientações básicas (2021) apresenta algumas orientações sobre adaptações pedagógicas de materiais para alunos com DV e que podem ser usados para seleção de materiais de informação acessível e/ou adaptado para os usuários cegos e com baixa visão.

Quadro 1 – Critérios para a seleção de TA e/ou materiais acessíveis e adaptados

Materiais de Informação acessíveis e adaptados	Critérios
• Livros em Braille, <i>Daisy</i> ampliados, digitais e audiolivros. • Recurso audiovisual e em áudio: slides, vídeos e	Caracteres: ampliados entre 16 a 32, de preferência em arial e verdana em letras maiúsculas; Pontos braille em alto relevo proeminente, destinados aos possíveis usuários que estão aprendendo o Sistema Braille ou são recém alfabetizados.

podcasts.	Formato: utilizar papel A4 para livros ampliados ou Braille. Já para livros digitais, como Daisy, audiolivro entre outros é recomendável: doc, e-Pub, mp3 com extensões txt e rtf – formatos acessíveis que poderão ser lidos por leitores de tela com voz sintetizadas ou humana. Contrastes: Para os usuários com percepção visual reduzida sempre utilizar contrastes entre fonte e plano de fundo: letra amarela sobre fundo preto; letra preta sobre fundo branco; letra vermelha sobre fundo verde. Mecanismos: Sempre optar por recursos de audiodescrição (figuras, gráficos, imagens), opções de busca por palavra, número de página, atalhos para redimensionar a tela (aumentar ou diminuir), definir contrastes, marcadores de páginas. Ter atalhos por teclado ou comando de voz, legendas alternativas para imagens, figuras etc. Informações adicionais: Manual de instruções de uso (em texto e/ou áudio).
• <i>Softwares:</i> DosVox, MECDaisy, NonVisual Desktop Access (NVDA) • <i>Sites</i>	

Fonte: Silva *et al.* (2021) e adaptado pela autora (2024)

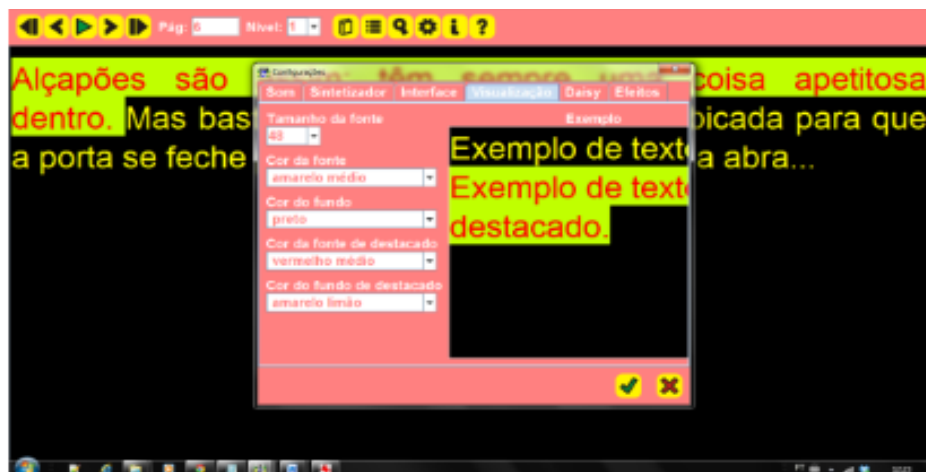
Outro critério a ser levando em conta é o preço pois, os *softwares* como, por exemplo: leitores de tela, e os sintetizadores de voz têm o custo financeiro maior do que os livros em braille, e-PUB e audiolivros. Porém, isso não traz nenhuma impossibilidade de adicioná-los ao acervo da biblioteca, já que existem algumas opções de *softwares* gratuitos e de código aberto no mercado.

Os *softwares* de código aberto⁶, por exemplo, oferecem a possibilidade de customizá-lo com quiser, ou seja, de acordo com as necessidades específicas do público usuário com DV para além, ainda é uma alternativa de custo-benefício para bibliotecas, pois não precisará investir na aquisição de novos *softwares*; porém, será necessário alocar uma parte do orçamento para a instalação e/ou manutenção periódica das ferramentas já existentes, visto que os *softwares* estão sujeitos a atualizações periódicas. Ademais, essas atualizações têm como propósito realizar melhorias nos programas de computadores, tornado o uso quanto o acesso às informações, imagens, ilustrações e conteúdos gráficos acessíveis ao leitor/usuário com DV.

⁶ Linguagem de programação que descreve as instruções sobre como software pode ser usado ou modificado.

Na imagem a seguir é mostrada a customização do *software* (tocador de livro) que consegue tornar a leitura do texto e o acesso a informação acessível ao leitor com DV, por meio da opção *zoom* — que aumenta a fonte do texto.

Imagem 1 — MEC Daisy



Fonte: Araujo (2017, p. 10)

Após isso, o processo de seleção finaliza-se com a elaboração da lista dos possíveis itens que abastecerão o acervo. Vale lembrar que, a lista é criada para registrar publicações que foram selecionadas e também aquelas que estão aguardando avaliação por parte da comissão de seleção, para saber se ocuparão ou não um espaço no acervo da unidade de informação.

Depois que a lista é criada, ela é enviada para o departamento responsável pelas aquisições. Maciel e Mendonça (2006, p.21), explicam que a aquisição implementa o processo de seleção nas bibliotecas e “que o item selecionado ingresso no acervo em menor tempo e ao menor custo”. Sendo assim, a etapa de aquisição se inicia com a localização dos itens selecionados junto a fornecedores (editoras, bibliotecas) para fins de aquisição, a partir da: compra, doação ou permuta de materiais bibliográficos, e em algumas circunstâncias, a obtenção de materiais não bibliográficos.

A modalidade de aquisição por compra é um processo complexo dentro das bibliotecas. Como afirma Vergueiro (1989, p. 66), “a aquisição via compra, em bibliotecas ligadas à administração pública (municipal, estadual ou federal) esbarra em uma legislação que obriga a realização de concorrências públicas para a aquisição de materiais bibliográficos [...]”. Aquisição de materiais permanentes por meio de pregão eletrônico, é processo burocrático que requer o controle, acampamento e inspeção dos pedidos solicitados aos fornecedores ou editores (nacionais e estrangeiros).

Aliás, antes de negociar qualquer compra, os bibliotecários responsáveis pela aquisição, precisarão consultar o acervo da biblioteca, para certificar-se de que os títulos que estão sendo requisitados na lista de desiderata⁷ já existem na coleção ou estão em processo de negociação para serem adquiridos através a permuta ou doação solicitada. Tal verificação é importante, como afirma Vergueiro (1989), pois previne aquisições duplicatas nas coleções da biblioteca, e por conseguinte, garante melhor administração do espaço físico e das verbas para as futuras aquisições.

Outra modalidade é a doação, que pode ocorrer de duas formas: primeiramente, através da solicitação por parte da biblioteca a outras unidades de informação ou aos usuários a fim de obter novas aquisições para o seu acervo. A segunda forma ocorre quando essas doações são feitas por interesse dos usuários ou de instituições em doar livros, periódicos, entre outros.

A permuta, por sua vez, é uma modalidade de aquisição que implica na troca de materiais informacionais de pouca triagem ou que não atendem mais às necessidades dos usuários. Como resultado, as bibliotecas interessadas nesta modalidade compartilham entre si livros, periódicos, dentre outros materiais de informação.

É importante destacar aqui, que as modalidades de aquisição por permuta ou por doação é uma forma benéfica para se adquirir materiais informacionais, sem que haja gastos de verbas por partes das BU's. Embora a permuta e doações não apresentem gastos orçamentário tal como as aquisições por compra, elas possuem gasto laboral com o processamento técnico para serem colocadas nas coleções.

Dando comunidade, as modalidades acima referidas, são opções que não acarretar custo financeiro e permitem ampliar ou completar as coleções, principalmente, em BU's onde o orçamento disponível para a aquisição é insuficiente para anteder a todas as demandas. O valor destinado para compra é determinado pelo planejamento anual, mas é limitado, o que leva os bibliotecários darem prioridades para aquisições de obras básicas e complementares, segundo Alves (2018), deixando de fora do acervo, muitas das vezes, as coleções em formato acessível.

Outra desvantagem está na ausência de políticas de aquisição que defina “prioridades, orientações para alocação de recursos, fontes de financiamento, procedimentos para compra, doação e permuta e definição de instrumentos auxiliares” (Weitzel, 2006, p. 31), nestas

⁷ “Lista de livros e outros documentos desejados pela biblioteca para possível aquisição.” Cunha e Cavalcante (2008, p. 120).

instituições. E quando há, nem sempre fornecem diretrizes claras para aquisição de material acessível para à biblioteca.

Diante destes percalços, a aquisição de coleções acessíveis em bibliotecas universitárias pode ser requisitada por meio de doações a outras instituições. Um exemplo, é o Instituto Dorina Nowill para Cegos que distribuem gratuitamente em todo país livros em formatos acessíveis, como, por exemplo, Daisy digital, braille e falado em formato MP3.

Os bibliotecários de aquisição, também podem requerer dos órgãos públicos coleções acessíveis, como, por exemplo, portal o Receber livros em Braille (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/receber-livros-em-braille>), de uma iniciativa do governo do federal para promover a adaptação e transcrição de obras didáticas e paradidáticas, visando atender instituições da esfera pública sem fins lucrativos. Ou “investir com a submissão de projetos às agências financiadoras oficiais e publicar recursos juntos aos órgãos específicos” (Diniz; Almeida; Furtado, 2019, não paginado), para as compras de *softwares* com recurso de acessibilidade ao computador:

Também, como ressalta Sousa *et al.* (2012), as bibliotecas universitárias podem trabalhar com intervenções e melhorias dispondo de estratégias com captação de recursos e desenvolvimento de coleções. Vale ressaltar que esses autores mencionam que o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, instalou o “serviço de digitalização formar uma coleção de materiais digitais ou digitalizados para atender a demanda dos usuários com deficiência visual, promovendo a igualdade de oportunidade no acesso à informação [...]”. (Sousa, *et al.*, 2012, p. 9).

Todavia, formar coleções de materiais acessíveis, seja por meio de compra, permuta ou doações, solicitadas ou feitas espontaneamente por usuários, ou instituições jurídicas as obras físicas e/ou digitais devem respeitar os critérios de seleção estabelecidos na PFDC. Embora, as colocações aqui apresentadas deem maior ênfase à modalidade doações, existem outras alternativas para adquirir materiais acessíveis, uma delas, vai ser explicado na próxima seção.

4 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DE COLEÇÕES:

acessibilidade programática

O Desenvolvimento de coleções está baseado no planejamento de informações de como serão realizados os processos e ações inerentes à atividade de formação de acervos. Tal plano é amplamente conhecido como políticas que determinam diretrizes para a formação e aquisição de coleções. A política deve se constituir em guia de orientação aos bibliotecários na atividade de seleção, aquisição e desbastamento e avaliação.

Complementado isso, Cunha e Cavalcante (2008), a define a política de coleções como um conjunto de critérios consubstanciado em política que tem como objetivo assegurar a continuidade e adequação das coleções nas bibliotecas. Esses mesmos autores dizem que, este documento deve apresentar diretrizes para a seleção, aquisição, desbastamento, manutenção e preservação do acervo.

Na literatura, a política é apontada como um plano de atividade que deve ser elaborado pelos bibliotecários e, que a falta dele nas bibliotecas podem comprometer a gestão e a organização de coleções a médio e a longo prazo. Dado a isso, Nascimento-André (2012, p.59), reforça que o papel dos bibliotecários é fazer da política de coleções “uma necessidade e um ato de responsabilidade máxima na instituição a qual a BU está inserida”. Já que a PFDC é um documento de caráter administrativo sua principal função é auxiliar nas tomadas de decisões, servindo como um canal de consulta e de transparência sobre as tomadas de decisões e as ações realizadas pela biblioteca.

Sabendo que a política de coleções é um documento responsável para o desenvolvimento de coleções, Weitzel (2006) diz ao planejá-la faz-se necessário que o bibliotecário questione a respeito do papel da biblioteca e a sua missão, e principalmente a quem está servirá. Tratando-se da BU, a diversidade de usuários e os programas de ensino, pesquisa e extensão são elementos que fazem com a PFDC seja institucionalizada e pensada para esse tipo de biblioteca.

Essa mesma autora, em sua publicação, “Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias”, apresenta doze passos que o bibliotecário deve seguir para a elaboração da PFDC. Exemplificado, o primeiro passo “é estabelecer e uma política informações a missão e objetivos da consonância como as da própria instituição mantenedora”. Ou seja, as atividades e serviços desenvolvidos pela biblioteca precisam estar entremeados com os objetivos da universidade para que ambas alcancem eficiência, credibilidade na produção, e disponibilização do conhecimento científico

e tecnológico, na formação profissional e social de seus alunados; e, o segundo passo é o perfil da comunidade, que segundo essa autora, trata-se de etapa ímpar para que as outras etapas do desenvolvimento de coleção se façam presente na política. Já que são os usuários os elementos primordiais para a existência da biblioteca, pela manutenção, organização e a criação de políticas.

Outras informações, também devem pensadas no processo de elaboração da política, entre elas a acessibilidade programática. Segundo Sassaki (2009), esta consiste na eliminação de barreiras imbuídas em normas, decretos, legislações e regulamentos. É importante ressaltar que, no contexto da formação e desenvolvimento de coleções, esse tipo de acessibilidade deve estar contemplado a PFDC, abordado de forma explícita os aspectos relacionados à acessibilidade em seu conteúdo.

A elaboração de uma política de coleções baseada em conceitos de acessibilidade programática eliminaria quaisquer empecilhos que interfira a FDC, entre ela, a falta de acessibilidade informacional, que se converte em um elemento específico para as ações e os processos referentes à seleção e aquisição de materiais acessíveis para os usuários com DV seja realizado nas BU's. Corroborando com esta questão Diniz, Almeida e Furtado (2019), em seu artigo, esclarecem que para o desenvolvimento de coleções acessíveis, faz-se necessário que as bibliotecas universitárias especifiquem em suas políticas diretrizes para a seleção e aquisição de coleções acessíveis, por exemplo, que tipos de critérios serão adotados pela comissão responsável pela seleção ou sob quais modalidades se dará a aquisição desses recursos de acessibilidade. Com isso, elas, proferem que é de suma importância:

selecionar materiais informacionais, em especial, tradicionais e em outros formatos, como o e-book, Livro áudio ou Audiobook, livros ampliados ou em Braille, e também **tecnologias assistivas**, como: uma lupa eletrônica, Braço articulado, teclado de conceitos inteligentes com grelhas predefinidas, dentre outros, que favorecem o acesso das pessoas com deficiência à informação. (Diniz, Almeida e Furtado (2019, p. não paginado, grifo nosso).

Com relação à aquisição de materiais em braille, áudio e digital, Diniz, Almeida e Furtado (2019, não paginado) mencionam ainda que “o bibliotecário deva buscar alternativas viáveis”, no caso da TA, por exemplo, uma alternativa positiva para o planejamento das bibliotecas, permite a diminuição de barreiras e facilita o acesso à informação pelos usuários com ou sem DV dessa organização. Segundo o Manual Orientador (2016), a TA engloba diferentes conceitos e definições, sendo frequente associá-la a produtos, serviços, equipamentos e/ou metodologias voltados para auxiliar a PcD em suas atividades e necessidades diárias, inclusive na biblioteca. Como pode ser visto, na definição de Melo (2015, p.15):

O termo TA designa os equipamentos (hardware e os programas (software) que têm como função mediar a interação homem-computador, possibilitando às pessoas com deficiência a realização de atividades motoras, perceptivas e cognitivas. Abrangem os equipamentos de entrada e saída de dados (síntese de voz, software de reconhecimento de voz e braille, auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça e de luz), teclados adaptados ou alternativos, chaves, acionadores, sistemas de comunicação alternativa e aumentativa e a tecnologia Mec Daisy. (Mello, 2015, p. 15).

Além dos recursos de acessibilidade supracitados, existem outros programas de computadores, como o MEC Daisy que foi desenvolvido exclusivamente para a produção de conteúdos (textos/documentos) digital, como explica Araújo (2017, p. 12), explica que a produção de material em formato Daisy promove a facilidade de acesso “e que mesmo uma pessoa que não tenha familiaridade com programação é capaz de criar um texto acessível”. Já o Non Visual Desktop Access (NVDA) e o Job Access With Speech (Jaws), são outros recursos de acessibilidade no computador que convertem o texto escrito em áudio através de sintetizadores de voz ou em dispositivo braille.

Assim, quando esses equipamentos são disponibilizados nos serviços de empréstimos dessas bibliotecas, eles permitem quer os usuários com DV total ou baixa visão consigam buscar/navegar, acessar e utilizar informações em diferentes suportes ou formatos, do impresso à *internet*, como as mesmas condições de uma pessoa vidente. Contudo, é importante que haja diretrizes para a seleção e aquisição desses recursos na PFDC.

Na visão de Sassaki (2009), as tecnologias assistivas, de informação e comunicação entre outras, são meios facilitadores que garantem o uso e acesso equitativo e independente das pessoas com deficiência a serviços de comunicação e informação, em estabelecimentos de ensino, bibliotecas e centros de informação. Tais tecnologias, “devem permear as seis dimensões de acessibilidade” (Sassaki, 2019, p. 2). A saber são elas: a arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. O propósito de cada uma delas é garantir que as pessoas com comprometimento físico, intelectual e visual de maneira alguma se deparem com obstáculos de acesso à informação e comunicação em decorrência das barreiras físicas ou de acessibilidade digital, comunicacional, arquitetônica e informacional que poderão estar presentes nesses recursos de acessibilidade, caso eles não estivessem acessíveis.

Para que as dimensões de acessibilidade sugeridas por Sassaki sejam garantidas, e que para através delas sejam possíveis as criação de condições acessíveis na FDC, faz-se necessário que as bibliotecas apoiem-se as políticas públicas de inclusão de forma a contribuir para democratização do acesso à informação. De acordo como o Manual Orientador “é papel

bibliotecas conhecer e difundir marcos legais, bem como utilizá-los [...] na elaboração da política” (Fortalecimento, 2016, p.115). Através da nossa legislação é possível assegurar o acesso à leitura para todos, seja ela impressa ou digital. Um exemplo disso é "O Tratado de Marraquexe “que visa a facilitar o acesso de pessoas ao livro e leitura” (Fortalecimento, 2016, p. 116). O referido Decreto nº 9.522, de 08 de outubro de 2018, no artigo 4º, autoriza as entidades públicas, incluindo as bibliotecas, a adaptarem textos científicos, artísticos e literários em formatos acessíveis às pessoas com DV ou outras limitações físicas.

De acordo com a alínea c, do artigo 3º, fica especificado quem são os beneficiários das garantias previstas no decreto, sendo eles: “[pessoas] que esteja impossibilitada de qualquer outra maneira, devido a uma deficiência física, de sustentar ou manipular um livro, ou focar normalmente seria apropriada para leitura, independentemente de quaisquer outras deficiências” (Brasil, 2018, não paginado). Tais ações estabelecidas por este decreto, garantem a esse grupo social o acesso efetivo às obras, sejam por meio de edições em braille ou qualquer outro formato acessível. O Manual Orientador também menciona outros marcos jurídicos, ambos com vistas a facilitar o acesso à informação para as PcD, quer seja em formato impresso ou na *internet*.

Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962. Oficializa as convenções braille para uso na escrita e leitura dos cegos.

Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Assegura às pessoas com deficiência acesso à leitura e aos livros em meio digital, magnético e ótico.

Decreto nº 7.559, de 1 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências. Fomenta as ações de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura em formatos acessíveis. (Fortalecimento, 2016, p. 115-116).

Ainda sobre o manual, é exemplificado no item 7.4 a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. — Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que:

Define que o poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. (Fortalecimento, 2016, p. 116).

Mesmo com o respaldo legal da LBI e o Tratado de Marraquexe, observa-se que são poucas as editoras que investem na produção de livros em formato acessível. Um exemplo disso, são as editoras que aderem ao Termo de Ajustamento de Condutas Livro Acessível (TAC). O TAC é um documento firmado entre o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e o Ministério Público Federal dos Direitos do Cidadão que aborda diretrizes para: “[...] condições gerais de acessibilidade, atendimento e fornecimento de livros acessíveis, direta e individualmente, às pessoas com deficiência” (Brasil, 2017, não paginado). O não

credenciamento e/ou desinteresse das editoras em cooperar com a produção de obras em formato acessível, em acato a Lei Brasileira de Inclusão e/ou TAC, podem gerar exclusões desses documentos nos acervos da BU.

Segundo os dados da pesquisa “Cenários da Leitura Acessível 2023”, o principal obstáculo das bibliotecas para promover acesso à leitura e a informação, consistiu na falta de material acadêmico e de estudo em seus acervos. (Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2023). Outro entrave que promover a falta desses materiais, trata-se da questão orçamentária, pois, é algo bem comum no âmbito das bibliotecas universitárias.

A adoção dessas leis por parte dos bibliotecários podem resolver questões relacionadas à falta de livros e materiais acadêmico em formato acessível, visto que boa parte deles se encontram em formato em tinta. Desta forma, o tratado de Marraqueche e a LBI, concedem respaldo jurídico para a produção *in loco* das obras para o formato braille, imagético, entre outros, previsto no artigo 68 da LBI.

Portanto, requer-se dos responsáveis pela PFDC — bibliotecários, docentes e alunos, o registro destas ações para que cada legislação se faça presente em etapa do processo de FDC. Acrescentamos ainda, a necessidade de estarem atentos para evitar expressões que fortaleçam comportamentos preconceituosos como, por exemplo, o capacitismo, crenças e estereótipos em relação a deficiências na política de coleções, pois barreiras atitudinais reforçam o surgimento de outras barreiras, das quais podem trazer reflexões de inacessibilidade para a formação de acervos e na prestação de serviços de informação.

Vale ressaltar que tais práticas constituem infrações passíveis de advertências com pena de reclusão de 1 um a 3 anos, além de multa de acordo com a LBI. (Brasil, 2015).

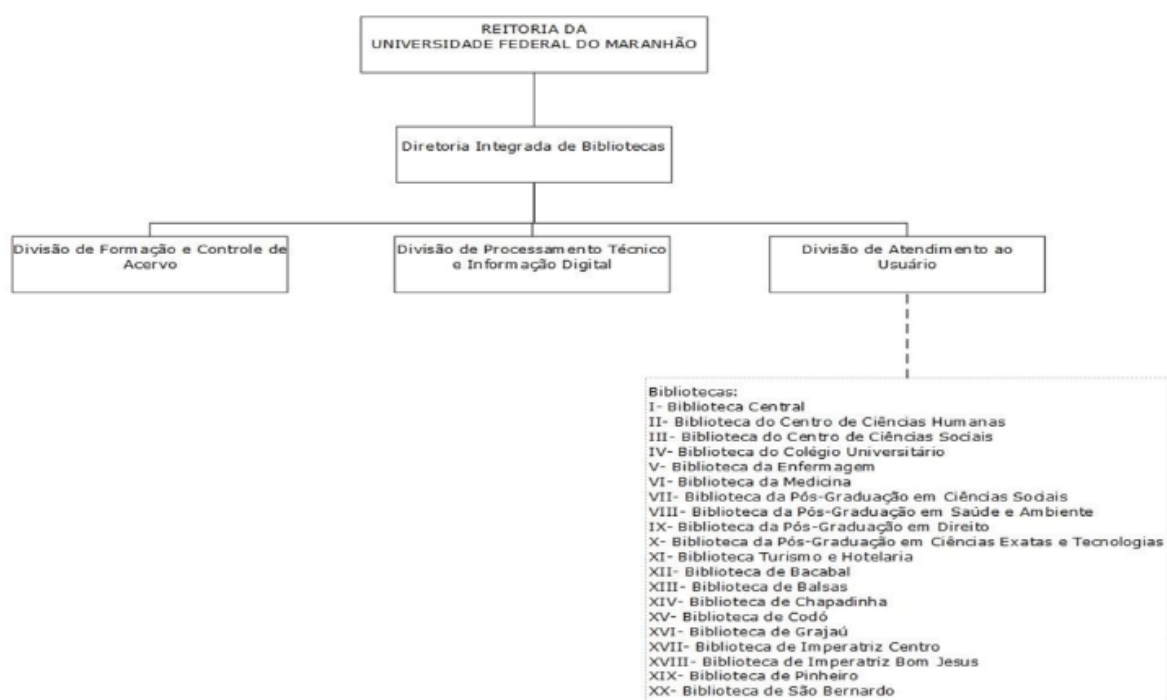
Por fim, a PFDC precisa de revisão a cada 02 anos, sob a supervisão do bibliotecário responsável pela direção da biblioteca universitária (Eduvirges, 2014), de modo que os critérios determinados nela se adaptem às transformações da universidade, considerando a diversidade de alunos e as suas necessidades informacionais, bem como as inovações tecnológicas.

5 CONTEXTUALIZANDO A BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Nos anos 1980, a Biblioteca Central (BC) foi transferida para o campus de Bacanga, a fim de acompanhar os cursos que passaram a se concentrar neste local, durante os anos 70, sob a gestão do Cônego Ribamar Carvalho, tanto a BC, quanto a sua instituição mantenedora, UFMA, passaram por diversas mudanças estruturais de localização. Na década de 1990, a exemplo, a BC passou por processos de automação de serviços e expansão dos seus espaços físicos. Em 2004, a BC e as bibliotecas setoriais foram denominadas Núcleo Integrado de Bibliotecas⁸, mas em 2020, ocorreu a atualização da estrutura organizacional, o que também acarretou redefinição da nomenclatura, atualmente, (DIB). DIB ([220-]).

A Biblioteca Central, subordinada hierarquicamente à Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU), é composta por bibliotecários e técnicos.

Figura 2 — Organograma da Diretoria Integrada de Bibliotecas (2020)



Fonte: Diretoria Integrada de Bibliotecas (c2023)

⁸ As unidades administrativas da UFMA sofreram alterações em sua estrutura organizacional. Assim, a DIB passou a ser definida como Sistema Integrado de Bibliotecas. No entanto, para os fins desta pesquisa, utilizaremos a nomenclatura anterior.

O objetivo da BC é fornecer suporte aos usuários do campus Bacanga, em São Luís, por meio de serviços e ferramentas de informação. Esses recursos podem ser consultados na página inicial da BC.

- Empréstimo e devolução do material bibliográfico;
- Renovação online;
- Catálogo online;
- Terminais para consulta aos serviços da biblioteca;
- Reserva do material bibliográfico;
- Orientação à Normalização de Trabalhos Acadêmicos;
- Levantamento bibliográfico;
- Elaboração de ficha catalográfica para livros;
- Geração de ficha catalográfica *on-line*;
- Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT);
- Treinamento de usuários no uso de fontes eletrônicas, bases de dados e Portal da Capes;
- Visitas orientadas;
- Salas de estudo em grupo;
- Sala de estudo individual;
- Cabines individuais de estudo;
- **Sala de acessibilidade informacional;**
- Acesso *Wi-fi*;
- Guarda-volumes;
- Exposição das novas aquisições e;
- Laboratório de Informática.

DIB ([220-], não paginado, grifo nosso).

A coleção que a BC possui é centralizada em diversas áreas focadas nas atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas pelas unidades acadêmicas em todo o campus Bacanga. Quanto à composição do acervo físico, ele é constituído por bibliografias de lastro, de referência, folhetos e periódicos impressos. Já o acervo digital oferece várias opções para acessar as coleções eletrônicas, visto que o site da BC disponibiliza o acesso a coleções científicas indexadas em bases de dados, portais de periódicos, *E-books*, repositórios e bibliotecas de monografias e teses. Nesses locais, repositórios e bibliotecas de monografias e teses, encontram-se preservados trabalhos acadêmicos que abarcam conclusões de cursos, contribuindo assim para a preservação da memória da instituição.

Eduvirges (2014), considera que o usuário constitui qualquer pessoa que possui cadastro na biblioteca. Em BU, são cadastrados usuários reais e potenciais que pode utilizar os produtos e serviços, desde que tenham vínculo com a instituição como, por exemplo, alunos, professores, servidores e em alguns casos, o público externo, porém com certas restrições quanto ao uso de alguns serviços.

Segundo Lemos e Ferreira (2016, p. 24), os usuários reais são aqueles que utilizam os serviços e produtos disponibilizados pela unidade de informação como: empréstimos de livros e equipamentos tecnológicos, sala de estudos e laboratórios de informática entre outros, “enquanto os usuários potenciais são aqueles que podem vir a utilizar tal sistema”.

Corroborando como essa questão, apresentamos o relatório da DID/UFMA que registrou no ano de 2020 o total de 41.513 usuários potenciais. Como pode ser visualizado na Imagem 2.

Imagem 2 — Usuários potenciais da DIB registrado no ano 2020

CATEGORIA	QUANTIDADE
Aluno de graduação	29.482
Aluno de pós-graduação	5.642
Aluno infantil	329
Aluno médio/técnico	484
Biblioteca	22
Biblioteca externa	0
Docente	2.632
Docente externo	440
Servidor técnico-administrativo	2.479
Usuário externo	3
TOTAL	41.513

Fonte: SIGAA (2020) citado por UFMA (2021, p.13)

A BC conta com o quadro de usuários reais e potenciais, desde de estudantes de graduação, pós-graduação, bolsistas (iniciação científica), professores, servidores ou colaboradores externo que beneficiam dos serviços e produtos, bem como da Biblioteca Digital e Repositório Institucional. Em relação, aos usuários/alunos com deficiências, dados indicam que de 2010 a 2023. 2, a DACES/PROEN registrou o total de 616 matrículas. De acordo com a imagem a seguir, pode ser observado o total de alunos com deficiência na UFMA.

Imagem 3 — Total de alunos com deficiência por centro acadêmico

	CCH	CCET	CCBS	CCSO	TOTAL
Física	44	68	64	117	293
Auditiva	9	13	14	20	56
Surdez	5	3	2	6	16
Não surdo	4	10	12	14	40
Intelectual	4	8	0	3	15
Visual:	41	46	49	86	222
Cegueira	10	6	1	21	38
Baixa Visão	16	10	12	21	59
Monocular	15	30	36	44	125
TEA	5	14	4	6	29
Múltipla Deficiência	0	0	0	1	1
TOTAL	103	149	131	233	616

Fonte: DACES/PROEN (c2023)

Deste mono, observa-se que, dentre as deficiências: física, auditiva, transtorno do espectro autista (TEA), múltipla deficiência, 12,5% das matrículas ativas por centro

acadêmico são de estudantes com algum tipo DV, como baixa visão, cegueira e pessoa monocular. O número de alunos com deficiência matriculados nos cursos da UFMA reforça o comprometimento de que a DFCA deve ter para concentrar esforços para a FDC acessíveis a esses usuários reais da BC ao longo da graduação.

5.1 Divisão de Formação e Controle de Acervos

Conforme o Art. 17º, da Resolução Nº 226 CONSAD, (UFMA, 2020) a Diretoria Integrada de Bibliotecas é formada organizacionalmente pela: **I - Divisão de Formação e Controle de Acervo**⁹; II - Divisão de Processamento Técnico e Informação Digital; e III - Divisão de Atendimento ao Usuário. Essas divisões trabalham articuladamente entre si, prestando atividades e funções relativas à gestão administrativa da biblioteca, do acervo e de atendimento aos usuários.

A Diretoria Integrada de Bibliotecas (DIB) é um órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), instituída pela Resolução nº 226 – CONSAD, 15 de junho de 2020. Tem como missão fornecer suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMA, auxiliando na geração, preservação e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais, e da inovação, visando ao desenvolvimento intelectual e social. (UFMA, 2021, p. 4).

A Divisão de Formação e Controle de Acervos, como se observa em sua própria nomeação, é a divisão responsável pela formação e desenvolvimento das coleções da BC e outras 19 bibliotecas setoriais distribuídas em São Luís e no interior do Maranhão, por meio de compra e doação. Ainda realiza as atividades “de conservação e descarte dos materiais informacionais, em consonância com a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções”. (UFMA, 2021, p. 5).

A DFCA é formada por profissionais bibliotecários, incluindo o chefe da divisão e um membro que fornece assistência ao serviço de conservação. Além disso, a equipe conta com um técnico responsável pelo processo de encadernação. Estes profissionais trabalham em prol da formação e desenvolvimento das coleções da UFMA. Assim, visam por meio do processo de seleção “selecionar materiais informacionais com intuito de formar um acervo que possa atender a comunidade acadêmica” (UFMA, 2018, p. 10). Esses materiais devem seguir os parâmetros e diretrizes da Resolução n.º 1950-CONSEPE, datada de 18 de outubro de 2019, que aprova e regulamenta a formação e desenvolvimento de coleções da DIB.

⁹ De acordo com a Resolução Nº 329 – CONSAD, de 25 de junho de 2024, a DIB passou a ser denominada Sistema Integrado de Bibliotecas. No entanto, utilizaremos a nomenclatura anterior, considerando que os instrumentos destinados à coleta de dados foram elaborados utilizando a terminologia DFCA e por está estamos trabalhando com a Resolução [Resolução nº 1950-CONSEPE, de 18 de outubro de 2019](#).

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A atividade de pesquisa é demarcada por teorias e métodos que se fundamentam no campo das ciências sociais e humanas. "A pesquisa se constitui um processo de conhecer, de querer saber" (Ferreira, 2019, p. 2). Assim, para que a pesquisa ganhe validação científica torna-se necessário a apropriação do método científico, pois, através dele é possível prever, analisar, afirmar qualquer conhecimento de forma lógica e falível.

O conhecimento científico se origina do desejo humano de investigar. Aristóteles, 23 séculos atrás, afirmava que ‘todos os homens, por natureza, desejam conhecer’. A produção do conhecimento sempre está apoiada em procedimentos metodologicamente estruturados, o que chamamos de método científico, ou seja, o caminho adotado para o alcance dos objetivos propostos. (Costa; Costa, 2015, p. 13-14).

Em vista disso, adotou-se neste estudo a pesquisa exploratória e descritiva, de caráter bibliográfico e documental, como menciona Gil (2019, p. 29), “a principal diferença está na natureza das fontes”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica sempre busca sustentação em fontes de informação, composto por livros, artigos jornalísticos ou científicos elaborados por autores ou editoras com a intenção de serem lidos por qualquer público. No que refere às fontes documentais, estas são geralmente informações de procedência organizacional do setor público ou privado. Deste modo, Gil (2019), classifica ainda as informações documentais em:

- a) **interna:** são por exemplo, a ata de reunião administrativas, os ofícios para a prestação de serviços, os relatórios anuais, mensais ou manuais de orientações de uma entidade etc;
- b) **personais:** são as cartas, os manuscritos não publicados, as fotografias e outros;
- c) **jornalista:** conteúdo jornalístico como, por exemplo, os documentários impresso ou audiovisual e;
- d) **jurídica:** configura-se as leis, decretos, resoluções.

Diante desta exposição de Gil sobre a natureza das fontes bibliográficas ou documentais, Ferreira (2019, p. 15) reforça que:

O uso das fontes bibliográficas e documentais é o momento que permite nos aprofundarmos sobre o tema, questionar respostas, duvidar das certezas, rever situações e dados que favorecem novas descobertas para pensar a sociedade e seus problemas dos simples ao mais complexos.

Sendo assim, este estudo utilizou fontes bibliográficas e documentais que auxiliaram na fundamentação teórica desta pesquisa, explorando assim, literaturas sobre acessibilidade informacional, direitos da pessoa com deficiência visual, inclusão educacional ao ensino superior, políticas para a formação e desenvolvimento de coleções, tecnologias assistivas, bibliotecas acessíveis e inclusivas, usuário com deficiência visual, entre outros assuntos.

Desta maneira, a presente pesquisa buscou em meio aos Trabalhos de Conclusão de Curso (Monografias, Teses e Dissertações), artigos em revistas e Anais de eventos, livros e

E-Books, bibliotecas e repositórios institucionais, assuntos relacionados com à temática desta pesquisa.

Com base no que foi exposto acima, foram consultados fontes bibliográficas, como: artigos indexados no repositório institucional da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Ceará (UFC), a Scientific Electronic Library Online (SCIELO) (<https://www.scielo.br/>), a Bibliotecas brasileiras acessíveis: repertório bibliográfico Repositório (Sistema CFB//CRB), os livros disponíveis na BC e outros recursos. Quanto à utilização de fontes documentais para a revisão de literatura, utilizaram-se os relatórios, leis, decretos e resoluções institucional, nacionais e internacionais, a PFDC da DIB/UFMA, entre outros documentos.

Já em relação aos instrumentos para a coleta de dados, foram realizadas a entrevista semiestruturada e a análise documental da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA:

a) Análise documental

Segundo Trivinões (2010) a análise documental é segmento do estudo descrito, que permite ao pesquisador a possibilidade de registrar, reunir e interpretar informações a respeito de um dado fenômeno de uma determinada realidade, através do acesso e consulta a documentos, como organograma, leis, relatórios, cartas etc. Tomando por base as afirmações de Trivinões, realizou-se à análise da PFDC do Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA, foram realizadas a leitura e à análise desse documento, com a finalidade de extrair informações sobre os processos de seleção e aquisição de coleções acessíveis.

Na visão de Lima Junior *et al*, a utilização da análise documental é muito comum em pesquisas científicas de enfoque qualitativo, ela tem como finalidade informar ao pesquisador ou entrevistador sobre fatos, ou acontecimentos sociais, institucionais e pessoal. Apesar disso, os mesmos autores explicam que análise documental é com qualquer outro procedimento metodológico traz vantagens e desvantagens.

Em relação, as vantagens, aspectos pelo qual a escolhemos, se dá pelo fato de que análise documental pode ser conciliada como outros instrumentos para coleta de dados, como questionário, observação e entrevista. Outra questão, é custo-benefício, pois é uma técnica que facilita a logística do pesquisador, especialmente quando o acesso aos sujeitos é difícil, seja por falecimento ou pelo risco de alterar seu comportamento. Essa abordagem é útil para evitar influências externas nos resultados, como explica Lüdke e André (1986).

b) Entrevista semiestruturada

O tipo de entrevista utilizada nesta pesquisa foi a semiestruturada que segundo Trivinõs (2010, p.145-146) “[...] é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados”. Já para Costa e Costa (2015), a entrevista é aplicada quando o pesquisador pretende atingir um número restrito de pessoas. Os autores supracitados ainda classificam a entrevista em quatro modalidades:

- Aberta ou não estruturada;
- Estruturada;
- Semiestruturada e;
- De profundidade.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois grupos de sujeitos: aos bibliotecários da DFCA, divisão responsável pela FDC da BC, a entrevista foi realizada presencialmente na DFCA, no dia 29 de julho de 2024. Houve a necessidade de entrevistar o bibliotecário responsável pelo setor de Acessibilidade da DIB, tendo em vista que trata-se do principal encarregado pela interlocução entre os usuários com deficiência e a BC. Sendo assim, a realização da entrevista com o responsável pelo setor de Acessibilidade ocorreu no dia 01 de agosto de 2024, na sala de acessibilidade da BC/DIB e, seguiu o mesmo roteiro aplicado ao bibliotecário da DFCA, porém com algumas mudanças e inversões nas ordens das perguntas, dando ênfase mais generalista acerca da execução da formação de acervos acessíveis no bojo da BC.

Observar-se que o Setor de Acessibilidade realiza os serviços de referência e atendimento aos usuários com necessidades especiais através da oferta de empréstimo de recursos com TA, disponibiliza ainda, terminais de consulta ao usuário com deficiência e salas de acessibilidade. Além disso, oferece visita interna a BC com orientação guiada e acessível por meio da audiodescrição e atendimento individualizado e atua nas redes com dicas, palestras sobre acessibilidade. Posto isto, entramos em contato via *WhatsApp* com a bibliotecária do Setor de Acessibilidade para que ajudasse na intermediação como os usuários com DV, tendo em vista a aplicação da entrevista semiestruturada com essa população.

Após a intermediação da bibliotecária do Setor de Acessibilidade, surgiu o primeiro aluno com DV. Assim, no dia 01 de agosto, na sala de acessibilidade, realizou-se a primeira entrevista. Ao término da entrevista, perguntou-se ao aluno conhecia alguém com DV na UFMA com DV e se ele poderia ajudar a pesquisadora a contatá-los, mas com o consentimento deles.

Depois disso, a pesquisadora começou a se comunicar com três alunos de graduação da UFMA no aplicativo de mensagem *WhatsApp*. Após enviar a carta convite e agendar a data

e o horário com cada um dos entrevistados, foi realizado o segundo momento das entrevistas com alunos com DV, que ocorreram de forma presencial nas instalações da UFMA, Campus Bacanga, entre os dias 09 e 22 de agosto de 2024.

Tanto os bibliotecários, quanto os usuários com DV, assinaram o Termo de Consentimento Livre (TCL), autorizando à pesquisadora a gravar a entrevista e utilizar as repostas para serem analisadas e apresentadas neste estudo. Cabe registrar que, os alunos com DV total (cegos), devido as suas limitações visuais, não puderam assinar a Carta Convite naquele momento, dessa forma, concederam autorização para que a pesquisadora assinasse em seus nomes.

Buscando preservar a confidencialidade dos entrevistados, todos serão representados por uma letra precedido por números de 1 a 3, conforme a ordem da realização da entrevista.

Quadro 2 — Representação dos entrevistados

Entrevistados	Sigla/ordem
Bibliotecário	B1
Bibliotecário	B2
Entrevistado	E1
Entrevistado	E2
Entrevistado	E3

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A análise e interpretação das informações obtidas por meio das entrevistas e da análise documental serão apresentados na seção a seguir.

7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

"Há autores que entendem a 'análise' como descrição dos dados e a 'interpretação' com articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados específicos da pesquisa", como explica Gomes (2002, p. 68).

Entretanto, mesmo com tais destas divergências conceituais de "Análise e interpretação" no emprego da escrita científica, neste trabalho opõe-se pela usabilidade do termo de ambas, como se observa na referida seção, visto que se trabalhou a descrição e interpretação dos dados alinhados à abordagem qualitativa. Como descreve Costa e Costa (2015), a análise de dados na perspectiva qualitativa compreende a descrição de sons, imagens, gestos ou imitações. Assim, a técnica adotada para o tratamento dos dados foi a Análise de conteúdo. De acordo com Batista, Oliveira e Camargo (2021, p. 59):

A Análise de Conteúdo oportuniza a riqueza de detalhes, possibilitando que sejam explicitados sentidos que nem sempre são visíveis, permitindo a compreensão de dados tanto na perspectiva qualitativa quanto na quantitativa. A utilização de diferentes enfoques possibilita que se realize uma síntese de forma mais aprofundada do que expressada inicialmente.

Conforme evidenciado, entende-se que a principal característica da análise de conteúdo é compreender como a mensagem é dita. A análise de conteúdo, portanto, é uma técnica com foco na interpretação de conteúdos de mensagens, expressa pela comunicação escrita ou oralizada em entrevistas, cartas, relatórios, entre outros documentos. A Análise de conteúdo se assemelha ao processo da indexação na Biblioteconomia e ao procedimento da análise documental, porém com algumas diferenças.

A despeito da indexação, observamos que trata-se de uma prática que envolve a leitura de livros, artigos ou de qualquer material textual com a finalidade de extrair palavras-chave, ou termos-descriptores que representem os assuntos tratados, para posteriormente facilitar a sua recuperação e acesso a eles. Os exemplos mais comuns da indexação são os índices, resumos e catálogos. Como já citado por Lima Junior *et al*, a análise documental é uma técnica muito utilizada em pesquisas das ciências sociais, uma vez que permite ao pesquisador compreender os fenômenos sociais e culturais através da análise de variados tipos de documentos.

No contexto da Análise de conteúdo após a leitura da mensagem o analista, o termo cunhado por Bardin, faz o recorte de dados do que está sendo dito na mensagem e atribui termos-chaves às unidades de registros. As unidades de registros ou de análise, segundo Gil (2019, p. 6), são unidades que podem ser: palavras ou frases, temas ou personagens acontecimentos etc.”, essas unidades são agrupadas em categorias definidas pelo pesquisador

com base nos objetivos da pesquisa, do referencial teórico ou da classificação gradual. Afinal, Batista, Oliveira e Camargo (2021. p. 56), explicam que:

As categorias a priori podem ser definidas pelo analista a partir de seus objetivos e do referencial teórico, enquanto as categorias a posteriori resultam da classificação gradual dos elementos, podendo surgir de palavras ou frases, emergido no contexto das respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa.

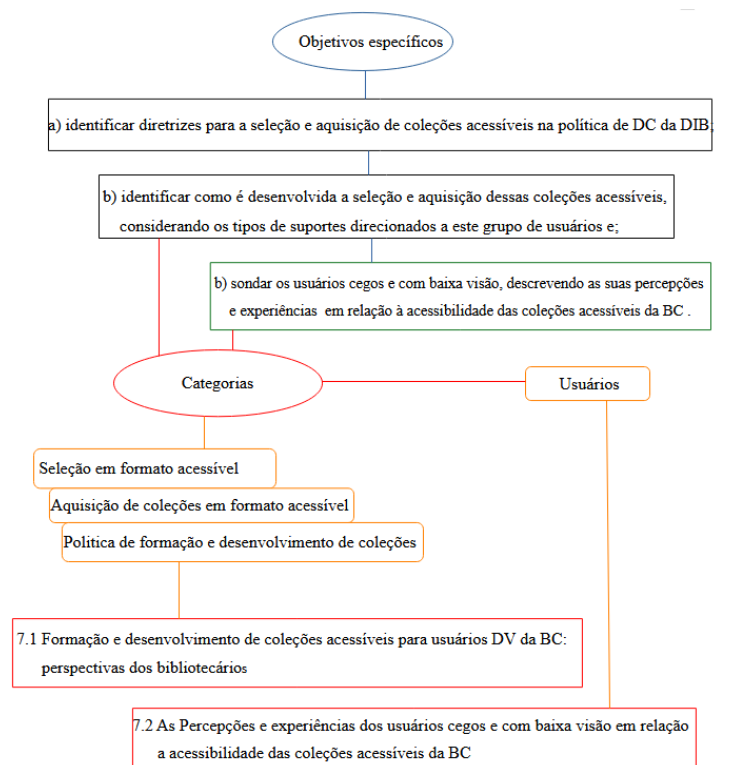
A partir das categorias formadas, o pesquisador precisa fazer a descrição propriamente dita do conteúdo, trazendo elucidações das mensagens e interpretá-las mutuamente com apoio do referencial teórico ou teoria, como enfatiza os autores.

Diante do exposto, construíram-se categorias temáticas para atender cada objetivo específico, visando responder o questionamento desta pesquisa: De que forma a Biblioteca Central/DIB contribui para a FDC em formatos acessíveis para os usuários com deficiência visual? Como a formalização de critérios para a seleção e aquisição poderia contribuir para a FDC em formatos acessíveis, a fim de assegurar que os usuários com DV sejam assistidos informalmente por esses materiais?

No que diz respeito ao objetivo “a”, fez-se a análise da PFDC da DIB/UFMA com vista a identificar critérios de seleção e aquisição de materiais acessíveis. Após a leitura do documento, criou-se três subcategorias de análise: Seleção de coleções em formato acessível, Aquisição de coleções em formato acessível e Política de formação e desenvolvimento de coleções”. O mesmo ocorreu com objetivo “b” deste estudo, foi possível analisá-lo a partir do item 5. 2 “critérios para seleção”, na alínea “d) material em formato acessível para atender usuários com deficiência” da Política da DIB e das respostas dos respondentes **B1** e **B2**. Ao término da transcrição e análise dos dados, reunimos todas as informações coletados na sessão 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, de modo que pudessem ser discutidas.

Já o objetivo “c” foi possível através das entrevistas dos usuários com DV, chegamos a construção uma subcategoria “usuários” agrupada na sessão 7.2 deste trabalho. Como pode ser observado no Fluxograma 1, à organização dos resultados em categorias de análise.

Fluxograma 1– Organização das categorias de análise



Fonte: Elaborado pela autora 2024

É importante destacar que, durante a coleta e análise dos dados dos respondentes **B1** e **B2**, foram indicados alguns documentos e *sites*, que até aquele momento eram desconhecidos pela pesquisadora, como a Portaria de nº 1.349/2023 da UFMA, Resolução Nº 2.858-CONSEPE, o Manual do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Doações. Gov e a Coleção em Braille da BC.

Levando em consideração as fontes citadas por esses profissionais, optamos em examiná-los com o intuito de descobrir que informações e/ou diretrizes estavam presentes nesses documentos e *sites*, assim como, compreender de que forma essas fontes de informação auxiliam os bibliotecários DFCA/DIB na criação e no desenvolvimento das coleções.

A seguir, será realizado a apresentação das análises e interpretação dos dados extraídos a partir da leitura da Resolução n.º 1950-CONSEPE, juntamente com as respostas das entrevistadas dos bibliotecários da DIB/BC.

7.1 Formação e desenvolvimento de coleções acessíveis para usuários DV da BC: perspectivas dos bibliotecários

Iniciando a nossa pesquisa, como a análise da Resolução nº 1950-CONSEPE, nomeada como Política de formação e desenvolvimento de coleções do Núcleo Integrado de

Bibliotecas da UFMA, versão 2019, é um documento que direciona com para o processo de seleção e/ou aquisição dos materiais que farão parte do acervo das bibliotecas da UFMA. Os objetivos específicos desse documento é:

- a) determinar funções e responsabilidades no processo de formação e desenvolvimento das coleções do NIB; b) **definir critérios para seleção dos materiais informacionais que comporão as coleções do NIB**; c) **pontuar critérios para a aquisição dos materiais informacionais que comporão as coleções do NIB**; d) conceber diretrizes para o processo de avaliação das coleções do NIB; e) estabelecer estratégias de conservação para os materiais informacionais do NIB; f) instituir critérios para desbastamento e descarte das coleções do NIB. (UFMA, 2018, p.7, grifo nosso).

Assim, a pesquisa buscou conhecer se na Biblioteca Central era realizado a formação e desenvolvimento de coleções em formato Acessível para usuário cegos e com baixa visão. Com base nas análises dos resultados do Roteiro Semiestruturado para os bibliotecários (Ver apêndice A), foram criadas as categorias:

7.1.1 Seleção em formato acessível

Neste contexto, foram questionados aos bibliotecários B1 e B2 sobre a regularidade com que eram realizadas a FDC acessíveis nesta biblioteca:

Sim, na política atual, ela não consta essa coleção de acessibilidade, mas no que a gente tá atualizando, a gente já colocou lá coleção de acessibilidade, para incluir essa, porque geralmente fica lá no SIGAA, mas fica como coleção em braille, coleção de livro falado, isso, não tem uma coleção específica para colocar todos os materiais acessíveis; isso vai ser criado agora. (B1, 2024).

Conforme o artigo 2º da LBI (2015), os acervos em formatos acessíveis podem ser definidos como um conjunto de recursos impressos ou digitais que atendem as necessidades da pessoa com deficiência. Essas coleções oferecem mecanismos ópticos e não ópticos, por exemplo, a função *zoom* de tela, deixando o conteúdo acessível e agradável para os deficientes visuais. Na resposta dada para essa pergunta foi afirmativa, embora, a B1, tinha deixado claro que a formação desses tipos de coleções ocorre através de doações espontâneas ou quando são solicitadas pelas coordenações de cursos.

Não é com frequência, porque a gente aqui recebe doação quando; tem uma instituição, essa Fundação Dorina Nowill para Cegos, eles sempre mandam pra gente, né, sem a gente solicitar, mas encaminha pra gente coleções da fundação, mas é coleção de literatura. (B1, 2024).

Segunda a referida PDC da NIB, atual DIB, o processo de seleção e aquisição de materiais para a BC, deve seguir as orientações dos 5.3 Critérios para seleção, e para aquisição 6.1 Aquisição por compra e 6.2 Aquisição por doação. Tratando-se de critérios para a seleção de materiais acessíveis, a PFDC, mostra a partir da Imagem 4, os critérios que norteiam essa escolha.

Imagem 4 — Critérios para escolha de materiais acessíveis da PFDC da DIB

- d) material em formato acessível para atender usuários com deficiência: a seleção de materiais para atender ao público com deficiência levará em consideração o



12

quantitativo de alunos com deficiência (e suas especificidades), a partir do relatório de entrada de alunos fornecido pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Além disso, o NIB deverá oferecer suporte informacional (próprio ou em parceria com outros setores ou Instituições) para atender à demanda desse público;

Fonte: UFMA (2018)

Quando perguntado que tipos de coleções são desenvolvidas para os usuários com baixa visão e DV total, O B2 disse que existe uma coleção física em braille à disposição para consulta e/ou empréstimo no acervo da BC. De acordo com a verificação realizada no portal da BC/SIGAA, foram encontrados 300 títulos na coleção em braille, como se pode observar na imagem a seguir:

Imagem 5 — Coleção em Braille da BC

Universidade Federal do Maranhão
SIGAA
 Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

São Luís, 13 de Agosto de 2024

SISTEMA DE BIBLIOTECAS

Dicas de busca:
 Preencha os campos conforme desejado. Usando mais de uma linha, a busca será mais específica.
 O sistema não diferencia caracteres maiúsculos e minúsculos, nem acentos. Por exemplo, o termo *bibliográfico* recupera registros com as palavras: *bibliografico, Bibliografico, Bibliográfico, BIBLIOGRAFICO e BIBLIOGRÁFICO.*

<< Busca Simples Busca Multi Campo Busca Avançada >> Busca de Autoridades >>

SELECIONE OS CAMPOS PARA A BUSCA

☐ Título: _____
☐ Autor: _____
☐ Assunto: _____
☐ Local de Publicação: _____
☐ Editora: _____
☐ Ano de Publicação de: _____ até: _____
 Ordenação:
 Registros por página:

☒ Biblioteca:
☒ Coleção:
☒ Tipo de Material:

<< < 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 > >>

Visualizar Informações dos Materiais Informacionais **Opções**

Autor	Título	Edição	Ano
Zappa, Regina	1968 : [recurso eletrônico] eles só queriam mudar o mundo		2008
	200 anos da imprensa no Maranhão [recurso eletrônico]		2023.
	21st century urban race politics [electronic resource] : representing minorities as universal interests /		2013.

Fonte: SIGAA (2024)

No entanto, ao analisarmos individualmente algumas fichas catalográficas, percebeu-se que os dados bibliográficos presentes nelas classificam esses documentos como recursos eletrônicos, ou seja, *E-papers*, *E-books*, em formato PDF. Isso demonstra que, é necessário que os bibliotecários realizem a reorganização dessa coleção, iniciando pela inclusão de coleções em braille mesmo que esses conteúdos sejam exclusivamente literários. Além disso, sugere-se a renomeação da “coleção braille” para “especializada”, tendo vista que esta coleção inclui outros tipos formatos, por exemplo, os *E-books*.

Ademais, B2 afirmou em sua resposta que está ciente das lacunas na infraestrutura bibliográfica e da necessidade de oferecer materiais de informação em outros formatos especiais. Entretanto, apontou que a BC conta com um acervo bastante diversificado como, por exemplo, os *E-books*, e vem estabelecendo parcerias com a Editora da UFMA (EDUFMA), que distribui trabalhos de caráter científico, artístico, literário etc., o que possibilita a BC expandir as suas coleções, incluindo a de materiais eletrônico.

Como disse B2 (2024):

E, agora, o que a gente identifica pra eles e traje de alternativas são as bases de dados que é a biblioteca digital, né, e os repositórios da UFMA que eles podem; e a gente também cita a EDUFMA que tá disponibilizando muitos livros em ebooks, e através desses materiais há possibilidade deles fazerem esse estudo através do programa leitor.

Foram perguntados aos B1 e B2, quais instrumentos auxiliares eram utilizados para seleção de materiais acessíveis a DFCA. A resposta foi que, se baseiam no PCC dos cursos de graduação de cada curso. É algo, recorrente no contexto das BU's.

Como eu te falei, só vem pra gente doações, a gente incorpora, porque geralmente são de literatura os que são doados, o que for solicitado pra compra tem tanto [que] constar no PPC dos cursos e no nosso documento [PDFC] que seja para a PdC, mas são os livros que tem que constar no documento e no PPC de cada curso, porque são os livros que eles vão pesquisar. (B1, 2024).

Neste contexto, pode-se notar a partir do depoimento acima, que o PCC dos cursos é dos um dos critérios que determinam a incorporação de materiais de informação na BC. O problema, porém, é que muito raro, os PCC's fornecerem indicações de bibliografias em tinta, com um formato equivalente em outra mídia para o público com deficiência.

Aliás, é até difícil adquiri-las comercialmente, tendo que recorrer quase sempre as bibliotecas especializadas e/ou instituições como, por exemplo, a Fundação Dorina Nowill e/ou o Portal do Livro Acessível, que se dedicam na produção, distribuição ou comercialização de materiais acessíveis. Com já colocado no *corpus* desta pesquisa, a Fundação Dorina Nowill para Cegos e outras instituições, sejam elas públicas e/ou privadas, são fontes e distribuidoras de materiais adaptados, dos quais os bibliotecários e profissionais podem procurá-las para compor seu acervo.

Porém, a BC é organização subordinada a uma instituição superior, no caso a UFMA. Assim, a responsabilidade e o compromisso de quem a dirige é dispor ao alcance de todos serviços e produtos. Contudo, essa a disposição nem sempre é possível, seja por limitações orçamentárias ou por fatores internos e externos relacionados à gestão da organização que sustenta a unidade de informação.

É neste momento que os bibliotecários precisam agir, desenvolvendo alternativas e soluções para a acessibilidade informacional. Ou, na adoção de *software* para a criação de materiais acessíveis em formato, como o MEC Daisy, mencionado no trabalho de Araújo (2017), que surge como uma opção acessível, sendo de fácil de manuseio, tanto para profissionais quanto para usuários. Um excelente exemplo é o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, que instalou serviços de digitalização de materiais acadêmicos em formato acessível.

Conforme o estipulado na Resolução Nº 2.858-CONSEPE, 21 de março de 2023¹⁰, é imprescindível que os bibliotecários e outros profissionais firmem parcerias com instituições

¹⁰ Documento disponibilizado pela DFCA via e-mail.

privadas e públicas. Esse tipo de parceria visa assegurar a responsabilidade desses profissionais com a acessibilidade por meio de diversas iniciativas, como, por exemplo a FDC acessíveis e aquisição de TA e o treinamento e a capacitação específicas para os bibliotecários e demais profissionais. (UFMA, 2023b).

Dessa forma, os bibliotecários responsáveis pela formação de acervos em BU devem estabelecer parcerias com essas instituições ou com grupos institucionais que operam no contexto da universidade. No que diz respeito à BC, pode firmar parcerias com a DACES ou com projetos nas áreas de ensino, pesquisa e/ou extensão, por exemplo o Infoludo¹¹, entre outros.

7.1.2 Aquisição em formato acessível

A respeito, de como é realizado a aquisição de materiais acessíveis na BC, a B1, relatou, que da última vez foram adquiridos materiais ampliados para o Curso de Direito. Ainda, enfatizou, que o Setor de Acessibilidade ficou responsável por encaminhar essa demanda à DFCA.

Foi solicitado livros acessíveis pela Diretoria de Acessibilidade, eles cadastraram na requisição de sugestão e fizeram a solicitação desses livros de letras ampliadas [...] A gente, compra o que tá no PPC, mas claro como e, como foi justificado pela Diretoria de Acessibilidade que eles necessitavam de livros da área de Direito, eles fizeram [uma] justificativa que eles estavam precisando, e a gente fez a compra. (B1, 2024).

De acordo com o documento fornecido pela DFCA, apresenta-se a abaixo, a lista dos materiais solicitados para a compra:

Imagem 5 — Requisições para a compra

¹¹ Comportamento Infocomunicacional dos Estudantes com Deficiência no Ensino Superior Ludovicense.

BIBLIOTECA > VISUALIZAR REQUISIÇÃO DE MATERIAIS INFORMACIONAIS

Visualizar Informações do Acervo Bibliográfico

INFORMAÇÕES GERAIS DA REQUISIÇÃO

Tipo da Requisição: REQUISIÇÃO DE MATERIAIS INFORMACIONAIS

Requisição: 636/2020

Status: ATENDIMENTO APROVADO PELA BIBLIOTECA

Unidade: 2301 - DIRETORIA DE ACESSIBILIDADE/PROEN

Fonte Orçamentária: COMPRAS PARA ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Usuário: maria.nitza - MARIA NILZA OLIVEIRA QUIXABA (Ramal:8333)

E-mail: mariquixaba@gmail.com

Telefone:

Data: 29/05/2020

Total da Requisição: R\$ 2.758,80

Observações: ---

LISTA DE LIVROS

Título	Qtd. Req. (?)	Acervo	Qtd. Aten. (?)	Valor	Total
CIÊNCIAS HUMANAS					
A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: HUMANIZAR PARA EDUCAR MELHOR	10	0	10	R\$ 27,50	R\$ 275,00
Autor: MARIA NILZA OLIVEIRA QUIXABA				ISBN: 9788535639711	
Editora: EDICOES PAULINAS				Ano: 2015	Edição: ---
Situação Atual: ATENDIMENTO APROVADO PELA BIBLIOTECA					
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CAPACIDADE DE SIGNIFICAR O MUNDO E A INSERÇÃO CULTURAL DO DEFICIENTE MENTAL	3	0	3	R\$ 39,90	R\$ 119,70
Autor: ANA MARIA LUNARDI PADILHA				ISBN: 9788574963808	
Editora: AUTORES ASSOCIADOS				Ano: 2017	Edição: ---
Situação Atual: ATENDIMENTO APROVADO PELA BIBLIOTECA					
DEFICIÊNCIA MENTAL: DA SUPERSTIÇÃO À CIÊNCIA	2	0	2	R\$ 80,00	R\$ 160,00
Autor: ISAÍAS PESSOTI				ISBN: 9788585008130	
Editora: EDUSP				Ano: 1984	Edição: ---
Situação Atual: ATENDIMENTO APROVADO PELA BIBLIOTECA					
O PERCURSO DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	5	0	5	R\$ 32,90	R\$ 164,50
Autor: THELMA HELENA COSTA CHAHINI				ISBN: 854730276X	
Editora: APPRIS				Ano: 2016	Edição: ---
Situação Atual: ATENDIMENTO APROVADO PELA BIBLIOTECA					
O QUE AS CRIANÇAS PENSAM SOBRE AS DEFICIÊNCIAS	3	0	3	R\$ 36,80	R\$ 110,40
Autor: MAEWIA MARTINA GOMES DA SILVA				ISBN: 9788547327019	
Editora: APPRIS				Ano: 2020	Edição: ---
Situação Atual: ATENDIMENTO APROVADO PELA BIBLIOTECA					
				Subtotal da Área de Conhecimento: R\$ 829,60	
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS					
VADE MECUM MAXILETRA	2	0	2	R\$ 269,00	R\$ 538,00
Autor: ANNE JOYCE ANGHIER				ISBN: 9788533958470	
Editora: EDITORA RIDEEL				Ano: 2020	Edição: ---
Situação Atual: ATENDIMENTO APROVADO PELA BIBLIOTECA					
INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO: UMA VISÃO ABRANGENTE DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	2	0	2	R\$ 115,60	R\$ 231,20
Autor: IDALBERTO CHIAVENATO				ISBN: 9788597023688	
Editora: ATLAS				Ano: 2020	Edição: 10
Situação Atual: ATENDIMENTO APROVADO PELA BIBLIOTECA					
				Subtotal da Área de Conhecimento: R\$ 769,20	

Fonte: DFCA (2020)

Apesar de ser percebida a atuação do Setor de Acessibilidade na captação de sugestões, entre a comunidade e a biblioteca, a PFDC não menciona de forma clara a indicação de comissões consultivas e deliberativas constituídas por membros com deficiência para participar das tomadas de decisões. Portanto, esclarece que a DFCA conta com o auxílio do setor de referência e da comunidade, se necessário, participar da seleção de coleções para BC.

Contudo, seria adequado que a DIB, na próxima atualização deste documento desse destaque a essa questão, direcionando a atividade de formar acervos, especialmente no que diz respeito a escolha de materiais acessíveis e TA, envolvendo a participação de alunos, docentes com deficiência nesse processo. Como evidenciado na fala, de B2 (2024):

[...] eu percebo uma falta de colaboração do professor como o bibliotecário e, também a prioridade de incluir os alunos, né com deficiência pra fazer essa indicação, para que a Formação tenha esse conhecimento de adquirir esses materiais acessíveis.

Essa questão não é algo vivido somente da BU, de acordo com a literatura, muitas vezes, o público usuário não participa do processo de formação de acervos, seja pela sobrecarga de trabalhos demandados da própria universidade ou pela dificuldade de trazer representantes para a comissão, devido a uma variedades de fatores que podem ser diversos, incluindo bibliotecas que não estabelecem diálogos com seus usuários e também não

demonstram interesse em envolvê-los nos processos ligado ao planejamento e a formação de coleções.

Quando foi questionado, aos entrevistados B1 e B2, sobre: Quais são os principais desafios que a equipe responsável pela FDC da BC enfrenta em relação à formação de coleções em formato acessível?

Um dos entrevistados comentou que há falta de colaboração por parte das coordenações de cursos e o afastamento da comunidade no desenvolvimento do acervo. Como disse B1 (2024), o *“Desafio é fazer o professor solicitar livros para esses usuários. Também tem a questão de orçamento, mas com eu te disse, a gente não compra só para um público específico, só se vim um recurso destinado só pra aquilo, porque quando vem recurso é pra todos, não tem distinção”*.

Sendo a DFCA responsável pela formação do acervo da DIB, assim para que esse processo possa ser realizado a DFCA necessita do auxílio dos docentes para que encaminhe as indicações de itens bibliográficos via sistema. Segundo relata Alves (2018), a implementação do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica e Administrativa (SIGAA) viabilizou a otimização e a automação das compras de materiais na UFMA. Antes disso, o processo era manual, pois eram os departamentos dos cursos enviavam o memorando com a lista de bibliografias a DFCA, este método, por vezes tornava demorado o processo de seleção e aquisição, causando a insatisfação da comunidade e dos bibliotecários, uma vez que os departamentos nem sempre enviavam as sugestões dentro do prazo.

Hoje, nota-se que mesmo com a automação dos serviços de FDC, ainda persiste a demora por parte das coordenações de cursos em repassam a listagem de materiais. A mesma entrevistada acrescenta que esse é uma das maiores barreiras que a DFCA enfrenta atualmente. Para vencê-la, é essencial a colaboração ativa dos docentes e alunos no envio das sugestões em tempo hábil, procurando os bibliotecários da BC de forma presencial ou, caso necessário utilizem a intermediação dos professores no caso a solicitação parte do aluno com DV. Até porque, os bibliotecários realizam outras funções, sendo impossível saber se aluno com DV precisa de documentos ampliados, braille ou em outros formatos.

Além disso, ficou nítido que a questão orçamentária, como bem pontou a B1, a entrevistada B2 (2024, grifo nosso), reforçou, que:

Os recursos financeiros embora que a gente esteja trabalhando nessa integração da rede, a gente tem que esse embate, né a gente vai ter que ter pessoas direcionadas para fazer o tratamento desses materiais e, aí, e esse embate barra na falta de pessoas por conta de que a gente, a gente já tem poucas pessoas que já trabalham e com as demandas grandes, e aí pra incluir, mas esse trabalho, essa atividade, a gente precisa também de recursos, inclusive de pessoas.

Com já ilustrado no *corpus* dessa pesquisa, a falta de recursos financeiros é uma problemática que deve ser vencida pelas bibliotecas, já que põe em risco aquisição de material. Assim, é essencial que o bibliotecário adote uma postura racional para manter apenas no acervo itens que realmente serão utilizados. Caso contrário, os investimentos em aquisições que não suprem as necessidades informacionais de sua comunidade, serão desperdiçados.

Na realidade da BC, ficou nítido na resposta da B1 e B2, que a escassez de recurso é um impasse para compra de materiais, tanto acessíveis quanto não acessíveis. Todavia, se na PFDC também não constar, é preciso que a DIB de maneira urgente traga soluções e alternativas para viabilizar a inclusão desses materiais na BC.

A o serem perguntados, se a BC já submeteu algum projeto de FDC a editais de fomento (Fundação Dorina Nowill, Instituto Nacional de Cegos, outros) que oferece subsídios para a FDC acessíveis?

Conforme a declaração da B2, a DIB já iniciou o processo de colaboração com o consórcio da rede REBECA.

A rede ela traz, faz com que a gente tenha materiais existentes, né, que não são acessíveis e transforme eles acessíveis, então é uma rede de materiais acessíveis baseado nas necessidades do alunos e, que estão na universidade que já está com essa demanda, a gente vai trabalhar com base nessa demanda existente pra gente não ter o retrabalho, e essa rede, como é uma trabalho em rede de 18 universidades que já integrada, a gente vai conseguir avançar muito, né, de promover esa, esse recurso, né pro usuário com DV. (B2, 2024).

Entretanto, a B2, reporta alguns desafios e incertezas que surgiram durante as discussões sobre a implantação da rede REBECA na BC. Quanto as dificuldades, diz que a BC precisará de recursos humanos e financeiro para gerenciar o tratamento e a organização dos materiais dentro da rede. Enquanto as dúvidas, alguns profissionais levantaram a questão de que a disponibilização de materiais em formato adaptado, não infringiria a Lei de Direito Autoral.

Em relação, às dúvidas, a B2 (2024) disse que: *“a gente trouxe profissionais que pudessem tratar sobre a legislação de Marraqueche pra entender que a LBI está ali dizendo né, que a gente precisa oferecer materiais acessíveis para a PcD, e a própria constituição e a própria ODS, “que é não deixar ninguém para traz”.*

Como já foi abordado neste trabalho, segundo a LBI, não se configura crime a adaptação de materiais acessíveis em braille e em outras formas, desde que a instituição tenha beneficiários cobertos por essa legislação, ou seja, pessoas com deficiência ou com déficit de

aprendizagem, que necessitem de materiais que facilitem o acesso e a compreensão do que estão contidos nos conteúdos, como informações escrita, visuais e/ou sonora.

Porém, para atenuar as questões ligadas aos recursos humano e financeiro, a BC, pode estar firmando parceria com a coordenação de Curso de Biblioteconomia para o recrutamento de bolsistas voluntários através de editais específicos. Dessa forma, os estudantes de Biblioteconomia teriam a oportunidade de colaborar, sob a supervisão de um bibliotecário, no processamento técnico desses materiais acessíveis, visto que partir do 5º período esses alunos já estão cursando as disciplinas técnicas, como, por exemplo, Catalogação (Representação descritiva) e Classificação (Representação temática).

7.1.3 Política de formação e desenvolvimento de coleções

Ao serem perguntados, se eles conheciam as principais legislações sobre acessibilidade (Tratado de Marraquexe, Lei Brasileira de Inclusão, outras?

O B1, afirmou que não conhece muito sobre essas políticas e legislações, embora já tenha ouvido falar a respeito. Já a B2, apresentou um forte conhecimento a respeito desses ordenamentos jurídicos, bem como já fortaleceu a necessidade do bibliotecário em buscar constantemente se atualizar sobre tais leis e o que elas dizem a respeito da acessibilidade no contexto das bibliotecas. Isso reforça o que diz no Manual Orientador (2016), que destaca a necessidade dos bibliotecários estar familiarizado com essas normas e leis, utilizando-as como referência ao tomar decisões sobre a organização do espaço e do acervo.

O processo de FDC não se desenvolve em todas as ocasiões, da maneira que Vergueiro (1989, 1993 e 1995), Weitzel (2006) recomendam, uma vez que cada biblioteca possui suas próprias prioridades e normativas burocráticas que influenciam tanto no como fazer quanto no que pode ser selecionado, é o caso da BU como já vimos, o processo de aquisição de materiais devem seguir as diretrizes da Lei de Licitação. Segundo a B1 (2024) disse que:

A gente compra, mas a gente tem que ter o conhecimento sobre a lei de licitação [...] tem que ter conhecimento de licitação de contrato, muitos quer, acha que pode fazer determinada coisa, mas não se atenta pra normas e leis, porque as vezes a gente pode até tá infringindo alguma coisa.

É evidente que a FDC acessíveis na BC deve seguir rigorosamente a Lei de licitação quando a aquisição for realizada por compra. No entanto, essa lei impõe dificuldades para a aquisição de materiais acessíveis, o que contrasta com as diretrizes estabelecidas na LBI e no regulamento do MEC, que avaliam os cursos de níveis superior com base em indicadores de qualidade, incluindo acessibilidade na formação de livros adaptados. Tais parâmetros de

qualidade são fundamentais para o funcionamento e o credenciamento dos cursos de graduação, pois garantem o respeito ao processo de inclusão às pessoas com deficiência, possibilitando melhorias, principalmente quando a acessibilidade não está totalmente garantida nas questões relacionadas ao acesso à informação.

Além disso, a Portaria de Resolução Nº 2.858-CONSEPE, 21 de março de 2023¹², prevê que a BC, através da DIB, deverá “disponibilizar suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMA e espaços acessíveis aos usuários, bem como oferecer recursos de tecnologias assistivas, garantindo a efetividade do Tratado de Marraqueche, promulgado pelo Decreto nº 9.522/2018. (UFMA, 2023a, p.11).

Dessa forma, a principal alternativa é que a PFDC da DIB, seja atualizada e estabeleça diálogo com essas normativas, já que a política de coleções é o principal instrumento que estabelece normas para composição de materiais informacionais no acervo da BC.

Por último, foi perguntado se eles consideravam importante que a formalização/atualização da PFDC da DIB/UFMA incluía essas legislações sobre acessibilidade:

Sim, com certeza, pra fica mais bem embasado a importância de ter esses documentos dentro da biblioteca, porque aí, quando a gente não cumpre um ordenamento jurídico, a gente não tá sendo ético, né, porque na verdade agente uma legislação, tem ordenamento jurídico e a gente não tá cumprindo. (B2, 2024).

De acordo com o B1, a PFDC da DIB/UFMA está em processo de atualização, embora ainda não exista uma data prevista para que a nova versão seja aprovada e disponibilizada ao público.

A gente não conseguiu finalizar, porque é um documento que depende de outro, como a gente ficou muito tempo parado por causa do Reuse.gov, hoje Doações.Gov, sem saber como seria feito; agora saiu a portaria da UFMA, agora a gente já pode incluir essa parte da doação. (B1, 2024).

Segundo B1, o processo tem demorado por conta da espera de outros documentos internos e/ou externos da administração que servem de subsídio para a elaboração, com, por exemplo o Doações.gov.br. O Portal do Doações.Gov.br, é um sistema desenvolvido pelo Ministério da Economia, que designa orientações para o processo de aquisição e a troca de bens moveis e serviços na gestão pública. Devido a demora da atualização do Reuse.Gov, a UFMA, por meio Reitoria, instituiu medidas, no artigo 1º, da Portaria no 1349/2023/FUMA/OEC/REITORIA/GR para que a DIB pudessem receber materiais

¹² Documento mencionado pela B1 ao ser questionada sobre a atualização da Política da DIB.

informacionais físicos, por pessoas físicas e jurídicas, até que a UFMA esteja preparada para o uso Doações.GOV. (UFMA, 2023b, não paginado).

O trâmite pelo Doações.gov.br, funciona da seguinte forma: “O órgão, entidade ou particular (pessoa física ou jurídica) identifica bens ou serviços que queira doar e anuncia no Doações.gov.br”. (Brasil, [21--]). O anúncio pode ser consultado por qualquer cidadão, porém o recebimento de um bem ou serviço anunciado estará restrito aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Pegando este viés, sabe-se que a última atualização do referido documento, data do ano de (2019), o que contrapõe o período determinado na literatura. Eduvirges (2014), sugere que a PFDC deve ser revisada a cada 02 anos, Assim é importante, que a política seja atualizada, principalmente porque a BC a cada semestre letivo, tende a ser procurado por alunos com deficiência. Isso, gera demandas por materiais e assuntos técnico-científico. Materiais esses que devem ser acessíveis e adequados as necessidades do usuário com DV e que ajudam em seu processo de ensino-aprendizagem. Neste íterim, destaca-se, alguns, conforme, Pupo (2006, p 43-44):

- Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- Gravador e fotocopadora que amplie textos;
- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- Software de ampliação de tela;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento ao aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura;
- Scanner acoplado a computador; plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Com já mencionado, a PFDC deve apresentar requisitos de acessibilidade para a escolha desses materiais, em diversos suportes e mídias, condizentes com os melhores mecanismos de acessibilidade. Como, já colocado por Diniz, Almeida e Furtado (2019), para implantação de acessibilidade no contexto das bibliotecas, a política deve estar em concomitância com acessibilidade: programática, instrumental, metodologia, física e atitudinal.

Através dessa acessibilidade este documento permitirá não só a escolha de obras para o público com DV, mas inúmeras possibilidades para adquiri-lá, já que a versão atual da PFDC da DIB analisada não traz de maneira explícita diretrizes e/ou orientações para a criação e o desenvolvimento de coleções acessíveis e adaptadas para os usuários com DV.

De acordo com os achados do estudo das autoras mencionadas acima, as PFDCs das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas analisadas não prevê diretrizes para disponibilização de produtos e serviços acessíveis. É o caso da PFDC da DIB, versão 2019.

Pode-se dizer então que a formação de acervos acessíveis sem sombras de dúvidas é um dos pilares mais importante para oportunizar o acesso à informação. Apesar das coleções acessíveis assegurarem que os usuários com DV tenham acesso a todos conteúdos e obras produzidas, originalmente, em formato em tinta, quem guiará a sua formação é o bibliotecário, através da implementação da PFDC e as metodologias que fazem parte o desse processo, das quais devem intimamente estar relacionada às normas e políticas de acessibilidade. Assim, a BU poderá oferecer suporte e auxiliar os bibliotecários na produção e na distribuição de acervos digitais e impresso acessíveis para os estudantes com DV.

Notou-se também, que além dessas observações, a BC, não aplica estudos de usuários voltados para conhecer as necessidades e demandas do aluno com DV. *“Até o momento, ainda não fizemos [o] estudo, já fizemos um de modo geral pelo SIGAA, mas assim específico para acessibilidade, não”* B1 (2024).

Como reforça O manual Orientador¹³ (2016), a ida de pessoas com DV à biblioteca representa um momento de busca por informação. No entanto, a regularidade dessas visitas pode não ser algo recorrente devido à falta de acessibilidade que muitas bibliotecas apresentam, como por exemplo, a não implementação de diretrizes para a escolha e aquisição de coleções acessíveis e adaptadas especializada para a pessoa com DV na política.

É importante ressaltar que, a avaliação e os estudos de usuários é um instrumento de suma importância para reverter esse quadro. Diante disso, enfatiza-se que o processo de FDC em formato acessível exige que os bibliotecários pensem de maneira crítica na qualidade e na acessibilidade dos conteúdos e dos suportes que farão parte do acervo da BC. Como já visto na literatura especializada, não é viável selecionar e adquirir sem conhecer os usuários da sua comunidade.

7.2 As Percepções e experiências dos usuários cegos e com baixa visão em relação a acessibilidade das coleções acessíveis da BC

Nesta categoria, foram analisadas as percepções e experiências dos usuários com DV em relação à acessibilidade das coleções da BC/UFMA. Sabemos que a entrevista semiestruturada é um instrumento para coleta de dados que dá ao pesquisador a flexibilidade para reverter as ordens de perguntas e até mesmo empregar outras, a partir das questões já estruturadas no roteiro. Em vista disso, durante aplicação do roteiro da Entrevista Semiestruturada para os usuários (Ver apêndice B), empregamos ao roteiro novas perguntas, já que boa parte dos alunos/entrevistados não vão à BC /UFMA e tampouco fazem o uso de

¹³ Ver Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador.

seu acervo, mesmo sendo alunos com matrículas ativas e, que no futuro precisarão gerar a ficha catalográficas de trabalhos e/ou emitir o Nada Consta para fins de colação de grau etc. Essa estratégia foi tomada para que a entrevista não fosse encerrada prematuramente.

Observou-se que boa parte dos entrevistados tem DV total, sendo dois cegos e uma como baixa visão, com idades entre 27 a 42 anos, matriculados nos cursos de graduação do Campus Bacanga/São Luís-MA. Ao perguntarmos sobre a modalidade de ingresso da UFMA, todos mencionaram que foi por Cotas para Deficientes e estão cursando entre o 5º período e o último período da graduação. Segundo o E1 (2024), ao ser questionado sobre qual período está cursando, ele diz que “*Já tô na monografia, no TCC, último período*”.

O quadro 3, fornece informações sobre o perfil desses alunos/usuários.

Quadro — 3 Dados pessoais dos respondentes

Dados	Entrevistado 01	Entrevistado 02	Entrevistado 03
Idade	42 anos	34 anos	27 anos
Sexo	Masculino	Feminino	Feminino
Tipo de DV	DV total (cego)	DV total (cego)	Baixa visão
Curso	História (Licenciatura)	Pedagogia	Biblioteconomia
Ano de ingresso	2019. 2	2020.1	2016.1
Modalidade de ingresso	Cotas	Cotas	Cotas

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Observando essa situação, percebe-se, que a inclusão de cotistas na UFMA é positiva, uma vez que as vagas reservadas estão sendo preenchidas conforme a Lei de Cotas. Essa realidade mostra, que ao pleiteiam as vagas reservadas ao ensino superior, as pessoas com DV poderão usufruir das mesmas oportunidades que todos de têm acesso à educação pública e de qualidade, conforme é garantido em nossa Constituição Federal e as legislações como, por exemplo, a Lei de Cotas e a LBI. Segundo SILVA, *et al* (2012), nossa constituição define que o acesso e a permanência na educação devem ser iguais para todos.

No entanto, a inclusão de alunos com DV no ensino superior nem sempre é sinônimo de pertencimento e inclusão, se eles não participam de atividades extracurriculares ou tampouco tem acesso aos ambientes da universidade. A BU, por exemplo, por questões de

acessibilidade. Nesse contexto, ao serem questionados os alunos/usuários sobre a participação como bolsista de algum Programa de ensino, pesquisa, extensão ou monitoria, a E3 (2024) relatou que “*Não, eu tentei participar do Discente pesquisador, mas acabou que eu não continuei. Eu não sei, se do Diretório [acadêmico] conta, mas eu acho que não. Não fiz PET e nem nada*”. No entanto, essa aluna/usuário, não especificou porque desistiu de sua participação no referido programa.

Mas, conforme já discutido em algumas seções anteriores, os alunos com DV possuem limitações visuais, em vista disso precisam de recursos e serviços assistivos e acessibilidade física para que convivam igualmente com seus colegas sem deficiência. No entanto, se surgirem barreiras na universidade, como a falta de coleções didáticas e paradidáticas, recursos assistivos para atender o seu tipo deficiência, eles certamente terão dificuldades para acessar à informação. Com visto na literatura, a ausência de recursos acessíveis na BU é uma questão que gera exclusões tanto sociais, quanto informacionais, porque, trata-se de uma situação que ameaça o desenvolvimento dos alunos com necessidades visuais na realização de suas atividades acadêmicas e extracurriculares, além de afastá-lo desse ambiente cultural, social e pedagógico.

Assim, foi perguntado aos alunos se eles consideravam-se usuários com BC, a respondente E2 (2024), disse que: “*Não. Não, eu já fui mas lá, não tinha nadinha pra mim*”. Ainda acrescentou que, as atividades do curso ela realiza em casa, tendo o auxílio da *Internet*, e os programas de computadores, como O NVDA e *Jaws* instalados em seu celular e *notebook*. Como a mesma explica “*Eu, eu faco, fazendo pesquisa na internet que fica mais fácil pra mim. É. [as pesquisas são realizadas em casa] [...]*. Mas, segundo a literatura, existem certos leitores tela para computadores que não conseguem fazer a leitura de imagens, gráficos e tabelas, dessa forma, é preciso que a descrição visual desses elementos. Um exemplo, disso, é audiodescrição. Conforme consta no Guia de Acessibilidade:

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia a compreensão e a participação das pessoas com deficiência visual. Esse recurso consiste na tradução das imagens em palavras, por meio de uma descrição objetiva, que em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral do conteúdo (BRASIL, 2015 *Apud* Silva *etal*, 2021).

Sendo, assim, a respondente a E2, comentou que quando tinha os programas de computador não lia certo material, ela procurava a DACES, para que este setor fizesse a adaptação desses materiais. Em declaração a isso, ela relatou que “*Às vezes que eu peço pra eles transformarem uns textos pra mim quando tá em um PDF que não dá pro meu ledor ler, aí, eu peço pra eles transformarem*”.

Já a E3 (2024) relatou “*Já fui muito.*”, porém como está no último período curso, não vai mais. No entanto, relatou que quando estava cursando as disciplinas de seu Curso de graduação, buscou frequentemente as coleções da BC, mas os materiais disponíveis não eram adequados, segundo a E3 (2024) “*Já procurei. Eu, teve uma época que eu tava precisando, foi até na disciplina da professora Valdirene, eu tava precisando de alguns livros, eu fui atrás, ver se tinha lá, só que não tem pra atender a minha necessidade, entendeu?* Como uma aluna com baixa visão, a E3 precisa de livros em formato ampliado, em áudio, entre outros recursos de TA que facilite a leitura, sem causar fadiga ao resíduo visual que lhe resta.

Nesse contexto foi indagado se o E3 nunca havia utilizado ao menos recurso de TA oferecida pela BC, já que segundo o site da DIB, a BC disponibiliza uma sala de acessibilidade. Em resposta a isso, a entrevistada E3, disse que já utilizou lupa, já que não há livros ampliados. Conforme a mesma “*Já. A Biblioteca Central tem uma sala que as pessoas com deficiência usam e lá tem uma lupa de mesa. Eu usava essa lupa de mesa.* (E3, 2024).

Assim, os livros ampliados ajudam as pessoas com baixa visão a ler melhor e, ao mesmo tempo, melhorar o uso da visão. Segundo Araújo (2017), o livro ampliado é uma obra impressa ou digital que utiliza uma fonte de texto maior do que a convencional e muitas vezes oferece funções como o alto contraste, usados por pessoas com baixa visão. Já lupas são dispositivos que auxiliam a ampliar o campo de visão da pessoa com baixa visão, ampliando o tamanho das letras e palavras. Segundo Silva *et al* (2021), há vários modelos de lupas: manual, eletrônica com e sem iluminação acoplada, a de bolso entre outras.

Ainda em relação a questão sobre o aluno considerar-se usuário da BC, o entrevistado E1 afirmou que se considera usuário, embora ele vá raramente a BC. Quando vai, ele utiliza *software*, como o leitor de tela com sintetizador de voz, embora ressalte que esse recurso de TA não é totalmente acessível para o seu tipo de DV. Nas palavras dele, “*O computador, mais ou menos, não é 100% porque não é um computador avançado, na verdade, ele não é totalmente para uma pessoa com DV*” (E1, 2024).

Levando em consideração, o relato acima, na BC, existe apenas um programa acessibilidade para os computadores destinado para usuários com DV, independente de seus níveis de visão que possuam. Do ponto de vista do E1, aluno/usuário com DV total, esse recurso de TA apresenta algumas limitações no que diz respeito ao acesso e a utilização do *software* leitor de tela. Conforme a literatura, o recurso de TA, deve apresentar funcionalidades que tornem possíveis a navegação pelo texto, como, por exemplo, a descrição de imagens, comando voz, ajustes de contraste e ampliação da fonte. Ademais, é

fundamental que a interface seja intuitiva e de fácil entendimento. Pois segundo a LBI, no artigo 69:

O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes **produtos** e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta de quantidade, **qualidade**, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor com deficiência, em caso de sua utilização, aplicando-se, no que couber, os [arts. 30 a 41 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#). (BRASIL, 2015, não paginado, grifo nosso).

Assim, uma biblioteca que faz parte da instituição pública deverá cumprir os requisitos e exigências previstos na lei. Em relação à BC, é fundamental que os produtos como a TA e coleções em braille, ampliado e em áudio, sejam planejados e oferecidos seguindo os critérios de acessibilidade e desenho universal. Assim sendo, a qualidade e as características dessas coleções e equipamento de TA devem se sobressair, proporcionando a satisfação e o prazer de frequentar a biblioteca, pois lá não possui coleções adequadas para esses usuários com DV.

Sob essa perspectiva, questionou-se, aos estudantes com DV, como qual frequência eles iam à BC:

Quadro 4 — Frequência a BC

Entrevistado 1	<i>Raro.</i>
Entrevistado 3	<i>Não utilizo mais, como eu tô no último período. Eu usei até, deixa eu ver, até o 6º, até quando eu tava tendo disciplina que eu tava indo pra UFMA, num sabe!?</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Com bem mencionado acima, percebe-se que os alunos/usuários com DV iam a BC quando necessitavam de recurso de TA, como lupas e leitores de tela, já que não há coleções bibliográficas em braille, ampliada ou em áudio e, quando precisam desses materiais, recorriam a DACES. Em vista disso, percebe-se que há DACES vem suprimindo com a demanda informacional que poderia ser disponibilizada pela própria BC, caso houvesse um repositório digital de coleções científicas em áudio, por exemplo. Como afirma a entrevista E3 (2024):

Ai, eu ia quando eu tava precisando de um livro, aí eu ia pra sala de acessibilidade e usava, só que já aconteceu uma vez, uma duas vezes deles não deixarem porque a minha deficiência não é visível, aí eu tinha que no núcleo [DACES] pra eles resolverem pra mim, pra eu ir lá pra eles deixarem [eu usar] a sala, era uma confusão, um saco, era uma palhaçada.

Não que o apoio da DACES seja negativo, aliás é muito importante para a democratização do acesso à informação, pois, desde a sua criação, como a aprovação do

Programa Incluir-Acessibilidade, tem conseguido facilitar o acesso e a permanência da PcD que ingressam anualmente na UFMA, através da disponibilização de equipamentos e serviços especializados. Porém, na perspectiva da UFMA, a DACES tem o propósito de dar suporte técnico e o atendimento, enquanto a BC mantém um compromisso indissociável na formação profissional do acadêmico, através da disponibilização de materiais informacionais que vão suprir as demandas e necessidades informacionais geradas pelo processo de ensino, pesquisa e extensão.

Como julgam as autoras Lemos e Ferreira (2016), a biblioteca universitária funciona como “repositório” da memória institucional e científica, preservando os trabalhos realizados no bojo da universidade, pois disponibiliza conteúdos e obras provenientes das pesquisas que serão úteis para o desenvolvimento de novos trabalhos e, conseqüentemente, aos projetos de extensão. No entanto, é perceptível que os estudantes cegos e com baixa visão vão à DACES, já que a BC dispõe parcialmente de obras e equipamentos para esse público. Dada a circunstância, os usuários com DV que foram entrevistados demonstraram ter uma relação distante com a BC, o que é entendível, já que ela não é acessível para atendê-los.

Quando solicitados a opinião dos alunos/entrevistado sobre as recomendações para melhorar acessibilidade do acervo BC: Em uma das respostas obtidas, o entrevistado E2, (2024), respondeu o seguinte *“Sim, eu acho que eles precisam ter um acervo em braille e, e em áudio também, que algumas monografias fosse também em braille, né, pra gente poder; a nível de pesquisa poder se atualizar também”*.

Em síntese, as recomendações feitas pelos entrevistados, em sua maioria, foram para que a BC disponibilize acervos em braille e em áudio de teor acadêmico, já que eles quase não frequentam esse espaço por não dispor de coleções específicas que atendam às suas necessidades e limitações visuais. Outro, estudante com DV, indicou a urgência de melhorias para o espaço físico, como, por exemplo, sinalizações, piso tátil, para que eles possam chegar até a biblioteca em segurança. Como explicado pela E3 (2024, grifo nosso):

Sim, eu sugeriria uma parte da estrutura, uma parte da organização da biblioteca destinada para a pessoa com deficiência; eles têm a questão da acessibilidade predial e tudo, beleza, mas só que a pra [pessoa] baixa visão e cega não tem nada, eu creio que tem pouco, algumas placas em braille, só que ainda assim do que adianta ter placas em braille se o acervo que tá lá dentro eu não consigo ler.

Como bem colocado pela entrevistada E3, mesmo que a BC apresente uma estrutura visivelmente acessível com sinalizações, como, por exemplo piso tátil e informações em braille que facilitam a locomoção do usuário com DV no local. Ainda assim, está longe de ser uma biblioteca inclusiva, pois é evidente a ausência de materiais acessíveis, como recurso de

TA e coleções braille, áudio e ampliado para um efetivo atendimento, o que impedem o acesso à informação.

A despeito disso, Diniz, Almeida e Furtado afirmam que (2019), a biblioteca inclusiva é um ambiente que acolhe a todos, favorecendo o acesso e a disseminação da informação a qual ela preserva, de forma igualitária, sem discriminar com base em classe social, gênero ou capacidade física, sensorial ou intelectual.

Sendo assim, é imprescindível que a BC se converta em ambiente inclusivo, como, por exemplo, adaptações e criação de rampas, iluminações, piso tátil, corrimões, entre outras dimensões de acessibilidade. Estas dimensões de acessibilidade possibilitarão que os usuários cegos e com baixa visão circulem livremente no espaço físico da biblioteca, garantindo-lhes, ainda, as mesmas chances e oportunidades de acesso às coleções e serviços disponíveis, e promovendo que a sua participação na BC seja frequente.

8 CONCLUSÃO

Com adesão de leis e projetos educacionais voltados para a inclusão e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, foi possível transformar as universidades em ambiente aberto para a diversidade e a inclusão de todos. Porém, para que essas ações e práticas se faça presente nesse ambiente é necessário torná-la acessível com a finalidade de dar a essas pessoas as mesmas condições de oportunidades ao nível de educação, iniciando pelo acesso aos espaços físicos e o acesso ao conhecimento e a informação oferecido nas salas de aula, projetos de pesquisa e ensino e nos acervos oferecidos pela biblioteca.

É nesse contexto que entra a BU como uma peça coadjuvante no processo de formação educacional e profissional, tendo como missão disponibilizar e oferecer serviços e bens informacionais, como coleções bibliográficas e equipamentos para leitura a alunos e docentes. Para que os alunos com deficiências, entre elas a DV, possam explorar e acessar esses serviços e bens. É crucial que a BU desenvolva coleções acessíveis e adequadas para esse público, tais como livros em braille e em áudio, lupas, máquinas braille e impressora, programas computacionais como NVDA entre outros.

Afinal, a inclusão e a participação de alunos/usuários com DV nas atividades e espaços da universidade deve ser plena, não devendo restringir-se somente em suas idas à sala de aula.

Sendo assim, proposta dessa pesquisa foi abordar e discutir como se dá a formação e desenvolvimento de coleções acessíveis para os usuários cegos e com baixa visão da BC. A formação de acervos acessíveis no contexto da BU, é assunto bem recente, mas que precisa ser discutido publicamente por meio de pesquisas como essa. A FDC na BU contribui para que a inclusão e o acesso aos acervos e a informação aconteça, fazendo com que os alunos se tornem efetivamente usuários assíduos, parte integrante da BU e, conseqüentemente, da universidade.

Diante aos fatos alcançados, conclui-se que:

- a) Na BC/UFMA a FDC acessíveis ainda está em estágio inicial quanto a oferta de materiais acessíveis para os usuários com DV. De acordo com já exposto, a aquisição se dá preliminarmente por meio de doações, tendo como principal distribuidora a Fundação Dorina Nowill para Cegos e a EDUFMA, que disponibiliza livros eletrônicos;
- b) Já a compra ocorre eventualmente, conforme a demanda da comunidade acadêmica, em especial, as coordenações de cursos que enviam as suas sugestões das

bibliográficas a serem trabalhadas nos cursos de graduações da UFMA e nas atividades complementares ao ensino, a pesquisa e extensão.

Entretanto, as aquisições de materiais informacionais acessíveis por compra só ocorrem uma vez ou outra, como mostra as respostas dos bibliotecários da BC, sob demanda dos cursos de graduação. Na mais recente aquisição desses materiais, houve a colaboração do Setor de Acessibilidade, que fez essa intermediação entre o curso de graduação e a DFCA. Vale lembrar que, as doações recebidas pela DB/BC precisam respeitar as diretrizes instituída pela PFDC da, PCC dos cursos da UFMA, já foram colocados. Além disso, é preciso que essas doações sigam as normas da administração como, a RESOLUÇÃO Nº 2.858-CONSEPE, datada em 21 de março de 2023.

- c) Outra questão, é a limitação orçamentária e de critérios para a seleção e aquisição de acervos acessíveis é um fator que merece atenção, já que o processo de aquisição da BC/UFMA segue geralmente as recomendações do PPC. É importante destacar que, frequentemente, esses planos de ensino não contemplam bibliografias em diversos formatos e mídias, o que muitas vezes, torna difícil para os alunos/usuários DV realizem leituras obrigatórias e complementares;
- d) Ao longo da pesquisa, verificou-se que não há uma comissão consultiva e/ou deliberativa com a representatividade de usuários e docentes com deficiência, assim como a falta de comunicação entre a comunidade e a BC para as tomadas de decisões no que diz respeito a escolha e a criação de acervos acessíveis e/ou TA.

Dessa forma, é necessário que esses desafios sejam superados para que a realização dessa atividade aconteça na BC. Percebermos-isso, quando, ouvimos os relatos dos bibliotecários, ao dizerem que a BC não tem uma aquisição efetiva de materiais acessíveis, e nos momentos em que os usuários disseram que quase não vão à biblioteca, pois veem que as coleções de lá não acessíveis. E, das vezes que foram a BC, utilizaram apenas os recursos de TA, que por sinal é *software* leitor de tela e lupa, os únicos recursos citados nas respostas dos alunos.

- e) Ficou evidente que, a maioria deles buscaram atendimento na DACES, porque a DIB disponibiliza uma infraestrutura informacional que não é totalmente acessível, dificultando a utilizando dos serviços e produtos informacionais e a interação desse público no ambiente da BC.

Do mesmo modo, quando analisamos a PFDC da DIB/UFMA de 2019, constatamos que não há critérios específicos para a seleção e aquisição de materiais de informação e TA para os usuários com DV. Diante esta situação, deixamos aos bibliotecários responsáveis pela

formalização e atualização da política algumas sugestões de critérios para a FDC acessíveis, São elas:

- realizar estudos de usuários específicos com os usuários reais e potenciais da BU;
- selecionar e adquirir materiais informacionais acessíveis, como TA e outros recursos alternativos;
- estabelecer a participação de membros com deficiências nas comissões responsáveis pela formação e desenvolvimento de coleções;
- contratar fornecedores (editoras, livrarias) que trabalham na produção, comercialização e distribuição de material em formato acessível em conformidade com a lei: LBI (2015);
- garantir condições de acessibilidade nos ambientes, mobiliários e equipamentos internos e externos da biblioteca respaldando nas normas técnicas de acessibilidade NBR 9050;
- impedir negociações para aquisições de materiais em formato acessível com fornecedores, editoras e livrarias que não ofertam em seus editais, catálogos materiais em formato acessíveis;
- firmar parcerias com instituições públicas e/ou privadas que trabalham com a produção, distribuição gratuitas de materiais em formato acessível;
- criar repositórios de materiais acessíveis digitais;
- produzir materiais acessíveis de acordo com os regulamentos previsto na LBI e Tratado de Marraquexe;
- definir parâmetros para a publicação de materiais acessíveis *in loco*;
- ofertar treinamentos de bases de dados e recursos e acessibilidade para usuários com deficiências;
- assegurar a oferta de treinamentos, palestras e cursos de formação continuada para os profissionais pela gestão de coleções e atendimento especializado da biblioteca;
- garantir atendimento especializado a usuários internos e externos com deficiências e;
- disponibilizar manuais de orientação aos usuários em formatos adaptados a suas deficiências.

Espera-se que nas futuras alterações da PFDC os bibliotecários da BC/DIB sigam esses critérios, ou, tomem por base as recomendações previstas nas políticas específicas, manuais e livros sobre a acessibilidade. A seguir estão alguns títulos relevantes que podem ser consultadas pelos bibliotecários na hora de tomada de decisão ou no planejamento da PFDC, algumas delas fizeram parte do *corpus* desta pesquisa, são eles: O manual Orientador, Guia de Acessibilidade (UFMA), ABNT/NBR 9050 e Acessibilidade: Discurso e prática no cotidiano das bibliotecas.

Para finalizar, seria relevante que estudos futuros explorassem o processo de FDC acessíveis em sua totalidade, incluindo etapas não abordadas nesta pesquisa, como a avaliação, descarte e desbaste de coleções acessíveis. Já que a literatura sobre FDC acessíveis é escasso, poucos foram estudos encontrados durante a revisão de literatura sobre este

assunto. Isto também, já havia sido reforçado algum tempo por Sousa *et al* (2012, p. 5), “Há uma carência muito grande de literatura sobre metodologias de desenvolvimento de coleções para pessoas com deficiência visual”.

Também é válido dá continuidade aos assuntos que não foram discutidos com tantos detalhes nessa pesquisa, considerando que não estavam pontuadas em seus objetivos: Estudos de usuários, mas como uma abordagem voltada para a usabilidade da informação no contexto da pesquisa, ensino e extensão; formação e desenvolvimento de TA para deficientes visuais e a atuação, e; desafios dos bibliotecários na formação de acervos especializados para o público com deficiência visual. Acredita-se que, quando novos estudos sobre FDC acessíveis e complementares forem publicados, os bibliotecários terão fontes de informação especializada, incluindo artigos, teses e manuais, entre outros, para contribuir com o planejamento e a elaboração da PFDC e a criação de acervos acessíveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Regycleia Botelho Cutrim. Seleção e aquisição dos materiais informacionais e o sistema de gestão acadêmica e administrativa: implementação e avanço. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 20., Salvador. **Anais [...]**. Salvador: SNBU, 2018. p. 1415-1424. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/collections/show/50>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ARAÚJO, Aline Karoline da Silva. O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais. **Rev. Inf. na Soc. Contemp.**, Natal, v.1, n. 2, jan./jun., 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356849078_O_livro_acessivel_um_auxiliar_no_acesso_a_informacao_para_deficientes_visuais/fulltext/639821ca095a6a777426e193/O-livro-acessivel-um-auxiliar-no-acesso-a-informacao-para-deficientes-visuais.pdf. Acesso em 18 mar. 2024.

BATISTA, Heloísa Fernanda Francisco; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; CAMARGO, Clarice Carolina Ortiz de. Análise de conteúdo: pressupostos teóricos e práticos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 48-62, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/42>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 out. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9522.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 13. 409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12. 711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições de ensino. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.213, 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de jul. 2015. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Sistema de doações do governo federal. [S. l.: s. n.], [21–-]. Disponível em: <https://doacoes.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos Humanos. **Termo de compromisso de ajustamento de condutas**. [Brasília, DF]: MPF; Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão: Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://livroacessivel.org.br/resources/downloads/tac-livro-acessivel.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

COSTA, Ana Cristina de Almeida; CHALHUB, Tania. O uso das tecnologias assistivas na mediação da informação em biblioteca escolar: acessibilidade para alunos com deficiência visual. *Biblioteca Escolar em Revista*, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 2, p. 1–16, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/184665>. Acesso em: 9 abr. 2024.

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 04 dez. 2022.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; Almeida, Ana Margarida; Furtado, Cassia Cordeiro. Bibliotecas universitárias em busca de acessibilidade programática: quebra de barreiras (in)visíveis nas políticas de desenvolvimento de coleções no Brasil e em Portugal. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 9., 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_777_7775cc5f3c7384a7.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

DIRETORIA INTEGRADA DE BIBLIOTECAS. **Biblioteca Central**. [São Luís]: DIB, [220-]. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/dib/sobre/biblioteca-central>. Acesso em: 30 out. 2023.

EDUVIRGES, Joelson Ramos. O processo de formação e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Piauí. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17438>. Acesso em: 18 mar. 2024.

FERREIRA, Mary. **Horizontes para pensar problemas e metodologias de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. (Texto Base da Disciplina Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia). São Luís: DEBIB, 2019.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994. 154p.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. *E-book* (152 p.). Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Cenários da leitura inclusiva no Brasil. [São Paulo]: Fundação Dorina Nowill para Cegos: Data Folha, 2023. Disponível em: <https://trocandosaberes.com.br/projetos/pronac-204759-ler-para-ser-literatura-como-cidadania/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Romeu. A Análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza. (org.). 21. ed. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, cap. 4, p. 67-79.

LEMOS, Raysa Beatriz da Silva; FERREIRA, Vanessa Thaylane Perreira. Fontes e usuários de informação em bibliotecas universitárias. **R. Bibliomar**, São Luis, v.15, n. especial, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/126547>. Acesso 01 ago. 2024.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20 n. 44, 2021. Disponível: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 01 ago. de 2024.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MAIA, Teresa. **Importância do ensino do braille na reabilitação de cegos**. [S. l.]: Ler para ver, 2005. Disponível em: https://www.lerparaver.com/teresa_braille. Acesso em: 18 maio. 2024.

MELLO, Nancy Rigatto. Livro digital acessível: possibilidades e limites de uso da tecnologia assistiva. **REVISTA @mbienteeducação**, São Paulo, v. 8, n.1, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/510>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 1–19, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018>. Acesso em: 01 fev. 2024.

NASCIMENTO-ANDRE, Sayonara Lizton. Coleções em bibliotecas universitárias: manifestações da produção científica. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia**

e ciência da informação, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 57–85. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p57>. Acesso em: 7 nov. 2023.

PUPO, Deise Tallarico. Cumprindo a legislação. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP: Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. cap. 6, p. 39-50. Disponível em: [file:///C:/Users/Corde/Downloads/livro acessibilidade bibliotecas.pdf](file:///C:/Users/Corde/Downloads/livro%20acessibilidade%20bibliotecas.pdf). Acesso em: 13 de maio 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI - Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 02 fev. 2024.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para integração. **Ciê. Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8MGqFCjhjvXKQsq37t6q7PK/?lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SILVA, Alessandra Nery Obelar da; TAUCHEN, Gionara. Políticas públicas, espaços e lugares: as questões de pertencimento de deficientes visuais à educação superior. **Benjamin Constant**, [S. l.], n. 53, 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/issue/view/58&sa=D&source=docs&ust=1706881568011744&usq=AOvVaw3WMDTbOeFvrvonbcrQfqbg>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, Fernanda Souza. *et al.* **Guia de acessibilidade**: orientações básicas. São Luís: EDUFMA, 2021. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/noticias/noticia.jsf?id=58099>. Acesso em 19 dez. 2022.

SILVA, Henrique Marcio. *et al.* A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v.10, n. 2, p.332-342, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/72624410/a-inclusao-de-estudantes-com-deficiencia-no-ensino-superior-revisao-de-literatur>. Acesso em: 04 dez. 2022.

SOUSA, Clemilda dos Santos *et al.* Desenvolvimento de coleções para pessoas com deficiência visual no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Rio Grande do Sul. [Anais]. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7239/1/2012_eve_cssousa.pdf. Acesso em: 09 dez. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010. cap. 4, p. 91-114.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Diretoria Integrada de Bibliotecas. **Relatório anual de atividades 2020**. São Luís: UFMA : DIB, 2021. Disponível

em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/9X5P9E1LsKagxn3.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Núcleo Integrado de Bibliotecas. Política de formação e desenvolvimento de coleções do Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA. São Luís: UFMA : NIB, 2018. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/icJHCSNUis8s2Bf.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Resolução N° 2.858 – CONSEPE, 21 de março**. Dispõe sobre o atendimento de inclusão educacionais no âmbito da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2023a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Portaria 1349/2023/FUMA/OEC/REITORIA/GR**. Dispõe sobre o recebimento emergencial de doação de material informacional de pessoas físicas ou jurídicas para as bibliotecas da Diretoria Integrada de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2023b. Disponível: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/downloads/NORMATIVA.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Resolução N° 226 – CONSAD, 15 de junho de 2020. **Atualiza a estrutura organizacional e o correspondente organograma da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís: UFMA, 2020. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dib/paginas/pagina_estatica.jsf?id=1663. Acesso em: 15 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Tabela**: total de discentes com deficiência matriculados na DACES/PROEN — por centro de 2010 a 2022.2. [São Luís]: Diretoria de Acessibilidade: Pró-Reitoria de Ensino, 2022. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/proen/daces/quantitativo-de-discentes-atendidos-1/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989. 96p.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512>. Acesso em: 30 abr. 2024.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995. 110p.

VIANNA, William Barbosa; PINTO, Adilson Luiz. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspect. Ciência Informação**, [Minas Gerais], v. 22, n. 2, p. 125-151, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/33z93qVCRbcWJbCK5Ffm9qC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2022.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tinf/a/PMK9FqgDj9rMs9WtmYKd5nb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2023.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006. 75p.

WELLICHAN, Danielle da Silva Pinheiro; MANZINI, Eduardo José. Com a palavra, o usuário com deficiência e a realidade vivenciada nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29. 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/emquestao/a/C3DTDZLd6Y3ZyQ6ntf6whvP/#>. Acesso em: 19 ago. 2024.

APÊNDICE A — ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS BIBLIOTECÁRIOS



ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA O BIBLIOTECÁRIO DA DIB/UFMA DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

|

Dados do entrevistado			
Nome completo			
E-mail			
Dados da entrevista			
Local			
Início–término da entrevista		Data da entrevista	

Todas as perguntas estão direcionadas para a **Formação e Desenvolvimento de Coleções acessíveis** para os usuários como baixa visão e cegos.

PERGUNTAS

- Indique em qual setor você trabalha?
 - ☐ Divisão de Formação e Controle de Acervo
 - ☐ Serviço de Controle e Formação do Acervo
- Outros:
- Nesta divisão é realizado a FDC acessíveis para os usuários com baixa visão e DV total?
 - ☐ Frequentemente
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca
- Justifique:
- Indique que tipos de coleções são desenvolvidas para os usuários com baixa visão e DV total?

- **Quais são os instrumentos auxiliares utilizados para a seleção desses materiais acessíveis?**
 - ☐ **Catálogos de editores**
 - ☐ **Bibliografias**
 - ☐ **Estudos de usuários**
 - ☐ **Indicações de alunos e professores**
 - ☐ **Bases de dados especializadas**
 - ☐ **Sites na internet ou de outras bibliotecas**
- **Outros:**
- **E, em relação aos critérios quais são utilizados?**
- **Quais são as modalidades utilizadas para aquisição desses materiais?**
 - ☐ **Doações**
 - ☐ **Compra**
 - ☐ **Permuta**
- **Comente, como é realizada essas aquisições?**
- **O setor responsável pela FDC já submeteu algum projeto de FDC a editais de fomento (Fundação Dorina Nowill, Instituto Nacional de Cegos, outros) que oferece subsídios para a FDC acessíveis?**
 - ☐ **Sim**
 - ☐ **Não**
- **Quais são os principais desafios que a equipe responsável pela FDC da BC enfrenta em relação à formação de coleções em formato acessíveis?**
- **Em relação a política de FDC, você a considera um documento que oferece subsídios para a FDC acessíveis?**
 - ☐ **Sim**
 - ☐ **Não**
- **Por quê?**
- **Você conhece as principais legislações sobre acessibilidade (Tratado de Marraquexe, Lei de Acessibilidade Brasileira, outras)?**
 - ☐ **Sim**
 - ☐ **Não**
- **Caso necessite, pode comentar:**
- **Você considera importante que a formalização/atualização da PFDC da DIB/UFMA inclua essas legislações sobre acessibilidade?**
 - ☐ **Sim**
 - ☐ **Não**
 - **Caso necessite, pode comentar:**

APÊNDICE B — ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS USUÁRIOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA OS USUÁRIOS

Dados do entrevistado			
Nome completo			
E-mail			
Dados da entrevista			
Local			
Início—término da entrevista		Data da entrevista	

PERGUNTAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

- Idade?
- sexo?
- Identifique o seu nível de deficiência visual?
 - ☐ Cego
 - ☐ Baixa visão
 - ☐ Perda da visão Central
 - ☐ Perda da visão periférica
 - ☐ Cegueira noturna
- Indique o ano em que você ingressou na UFMA?
- Qual foi a sua modalidade de ingresso?
 - ☐ Cotas para pessoas com deficiência
 - ☐ Outras
- Você cursa qual graduação?
- Especifique o período que você está cursando?
- Você participa ou participou de projetos de ensino, pesquisa e extensão ou monitoria?

☐ Sim

☐ Não

• Caso a resposta seja sim, especifique o projeto:

☐ Programa de Educação Tutorial (PET)

☐ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES)

☐ Programa de Residência Pedagógica

☐ Programa de Mobilidade Acadêmica/ANDIFES

☐ Programa de Mobilidade Virtual em Rede da Andifes - Promover-Andifes

☐ Outros. Especifique:

• Você se considera usuário da Biblioteca Central?

☐ Sim

☐ Não

☐ Raramente

☐ Outros.

• Especifique:

• Para realizar os seus trabalhos ou pesquisas do curso, você procura as coleções/recursos informacionais da Biblioteca Central?

☐ Sim

☐ Não

☐ Raramente

☐ Outros.

• Especifique:

• O acervo da Biblioteca Central possui algum material acessível para o seu tipo de deficiência?

☐ Sim

☐ Não

• Que tipo de material você utiliza?

☐ Softwares: leitores de tela, sintetizador de voz

☐ Livros: braille, audiolivros etc.)

☐ Outros.

• Especifique:

• Você considera essas coleções/recursos informacionais da Biblioteca Central acessíveis?

☐ Sim

☐ Não

• Por quê?

• Com qual frequência você utiliza essas coleções acessíveis da Biblioteca Central?

☐ Sempre

☐ Raramente

☐ Nunca

• Você tem alguma recomendação para melhorar a acessibilidade do acervo da Biblioteca Central (Comente)?

APÊNDICE C — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCL)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

TERMO DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO LIVRE

Por meio deste Termo, concordo em participar da pesquisa intitulada **FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES ACESSÍVEIS PARA USUÁRIO CEGOS E COM BAIXA VISÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMA**, desenvolvida pelo pesquisadora **Luziangela Cordeiro dos Santos**, discente do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Esclarecemos que a sua participação é voluntária e se dará por meio da aplicação de uma entrevista que contará com perguntas abertas e fechadas.

Declaro ter conhecimento dos objetivos estritamente acadêmicos da pesquisa, visando colaborar para o avanço das discussões sobre a temática. Fui esclarecido (a) de que o uso das informações por mim oferecidas se fará de forma anônima, e por meio de diálogos acerca da temática.

Ademais, afirmamos que as informações fornecidas serão utilizadas somente para fins científicos, mantendo o sigilo e a confidencialidade do participante e respeitando o que determina a Lei de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18). Em caso de dúvida ou qualquer outro esclarecimento, pode entrar em contato pelo e-mail: luziangela.santos@discente.ufma.br.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Esclarecimento e Consentimento Livre.

São Luís, _____, de _____ de 2024.

Assinatura do(a) entrevistado (a)

Assinatura da pesquisadora